

Pedro de Merelim



TRÊS VARÕES

(figuras nacionais)
que ANGRA esqueceu...

PEDRO DE MERELIM



TRÊS VARÕES

(figuras nacionais)
que ANGRA esqueceu...

ANGRA DO HEROÍSMO

2001



PREFÁCIO

À beira dos seus 90 anos, Pedro de Merelim acaba de escrever mais um livro assinalável na sua já longa lista de obras publicadas e que tiveram a maior aceitação junto do público (algumas delas a reclamar novas edições).

Este seu último trabalho, de que tenho o maior prazer e o privilégio de prefaciá-lo, afigura-se-me como indispensável e fundamental para todos os portugueses e, mormente, os terceirenses que, através da sua leitura, ficarão enriquecidos culturalmente e ífanos da Singular História desta ilha, a qual muito fica a dever ao autor de Três Varões (figuras nacionais) / que Angra esqueceu..., considerado muito justamente Cidadão Honorário de Angra e, ainda há pouco tempo, reconhecido, mais uma vez, nos Paços do Concelho. Só não se percebe por que razão Pedro de Merelim continua, vergonhosamente, a ser marginalizado pelo elitismo pedante dos que ainda não o aceitaram como confrade, apesar de alguns deles não terem obra que se possa, nem de longe, comparar à deste infatigável e apaixonado investigador, minhoto de nascimento e terceirense de coração. E que grande coração, meu jovem-ancião!

Efectivamente, este 27.º trabalho do consagrado jornalista e historiador é uma insofismável prova de amor à terra do seu nascimento (Braga) e aquela que ele elegeu para viver e constituir família, sem esquecer aquele rincão sagrado da portugalidade, o maior "ex-libris" de Angra do Heroísmo, honra e glória de

Portugal – o Castelo de S. João Baptista do Monte Brasil, onde durante várias décadas, serviu como brioso militar de carreira.

Com esta publicação, o Autor presta um inestimável serviço particularmente às gerações mais jovens que, nas cento e poucas páginas, poderão haurir muitos dos nobres exemplos que fizeram a grandeza histórica daquela Fortaleza, a maior da Península Ibérica.

Pedro de Merelim, um especialista da história militar, traz-nos neste livro novas descobertas historiográficas que vêm completar outras pesquisas empreendidas pelo Autor em trabalhos anteriores, como As 18 Paróquias de Angra (obra esgotada há muito e a merecer voltar aos escaparates). Só que desta vez toda a atenção do investigador se centra em acontecimentos e personagens quase sempre directamente ligados ao Castelo, e traçando uma magnífica monografia dos seus elementos arquitectónicos disseminados pelo Monte Brasil e nimbados de heroísmo, generosidade e dor, assumindo relevância nacional e internacional. Por ele passaram D. Afonso VI, Gungunhana e seus sequazes, militares de alta patente, prisioneiros políticos e outros, súbditos alemães aquando da 1.ª Guerra Mundial que chegaram a atingir o número de 724. A ele estão associados a banda militar, e dois notáveis maestros: Manuel Augusto Gaspar e António Piedade Vaz; a Academia Militar que teve como lentes dois trisavôs de Fernando Pessoa; o Hospital da Boa Nova e as Casas da Moeda. Foi nele que serviu o Regimento de Infantaria n.º 8 de Braga, cuja banda abrilhantou a inauguração do Teatro Angrense.

Por todo o livro assiste-se a um sucessivo desfiar de evocações de figuras ilustres, três das quais esquecidas por Angra, apesar da sua envergadura. Veja-se o caso de Francisco Maria da Cunha, (general) governador-geral de Moçambique, da Índia, Par do Reino e Ministro da Guerra, detentor de menções honoríficas nacionais e estrangeiras.

Mais duas personalidades referenciadas: António Maria Campos Júnior, também ele militar e autor de dramas, comédias, uma opereta e uma série de romances históricos como Guerreiro e Monge, Marquês de Pombal, Luís de Camões, Ala dos Namorados, etc., tendo sido agraciado com 4 distinções, uma delas espanhola.

Finalmente, José Maria de Sousa Pinto, brilhante aluno da Academia Portuense das Belas Artes, bolsheiro do Estado, em Paris, onde obteve grandes êxitos. Expôs muitos dos seus trabalhos em Lisboa no Grémio (Casa) dos Açores num salão artístico concebido pelo maestro Francisco Lacerda. Houve quem o designasse o Murillo Açoriano.

Em suma, um livro onde Pedro de Merelim escreve as mais lindas páginas do nosso passado, retirando das cinzas do olvido e da inércia personalidades ignoradas e genealogias desconhecidas até hoje.

Um livro que se lê e se relê com o prazer da descoberta de novidades motivadoras para o conhecimento das nossas raízes. E assim poderemos melhor preparar o nosso futuro sem a sensação de vazio ou a angústia do tempo perdido. Parabéns ao seu Autor pela grande lição que nos dá de entrega e amor à terra sua e nossa e aos ideais norteadores da existência humana.

Fevereiro 2001

António Neves Leal

APRESENTAÇÃO

A despeito de caminhar-mos para os oitenta e oito de idade, e já com manifesto sacrifício nos movimentarmos devido a essa senilidade, decidimos trazer a lume este opúsculo por nos parecer de valia outras figuras de destaque que do mesmo modo tiveram por cenário as mesmas Murallas do Castelo, que nos seus primórdios se designou Presídio Militar.

Lembrança, assim, que já ali esteve prisioneiro um Rei Português e tiveram por moradia os Vátuas que Mouzinho aprisionou em Moçambique, dos quais nos ocupamos na revista Atlântida, juntamente com outros textos semelhantes, igualmente de lavra nossa, quer do Ex.^{mo} Senhor Tenente-Coronel José Agostinho, um sábio entre nós, que quando nos encontrava na rua, parava connosco, oferecendo-nos um pouco de cavaqueira, prova da consideração que nos dispensava, sendo até ele quem nos sugeriu a investigação sobre os Hebraicos locais, nos obsequiou com a presente carta:



«*Os Vátuas da Ilha Terceira* – o trabalho de Pedro de Merelim é notável pela sua autenticidade, tendo quanto pode julgar (tinha eu então oito anos) e do viver deles até seguir para Lisboa em Agosto de 1903, e depois do meu regresso em Novembro de 1911.

Apenas me ocorre rectificar os seguintes nomes: O nome do Gungunhana, tal como sempre o ouvi ao Godide, com quem falava quase diariamente, era Mudungazi e não Mundagaz (p. 307); o nome do general citado a pág. 315 era Frederico Augusto de Almeida Pinheiro, de cuja figura imponente, de bigodes acrescentados, me recordo muito bem; e o sargento referido a pág. 317 era Hipólito Pereira e não Hipólito Raposo. Este sargento era enfermeiro, amanuense e ecónomo do Hospital Militar da Boa Nova, onde vivia com a família.

A pág. 311 aparece o Gungunhana a chamar pelo filho: **Godie**. Gungunhana chamava sempre ao filho Mâgôdi, que era o seu verdadeiro nome, pois Godide era um diminutivo.

O nome do Zixaxa era Matibejana e o Gungunhana e o Molungo sempre assim lhe chamavam. O Godide e algumas vezes os outros lhe chamavam Xâxú. Deve notar-se que o *x* serve aqui apenas para indicar um som parecido da língua vátua, que não existe em português e que se obtém encostando a língua ao céu da boca, com a boca aberta, ficando os bordos da língua encostados aos dentes da maxila superior.

Notem-se ainda na est. 1 as rodela de cera, do feitio das que usam as mulheres que transportam cestos à cabeça, que só o Gungunhana por ser régulo e o Molungo, por ser induna, usavam. Só muito tempo depois da sua chegada ao Castelo é que as tiraram» (1).

(1) Nesta edição constam ainda, igualmente de lavra nossa, os trabalhos "À Memória de Ferreira Drumond, no centenário da sua morte"; "Tipos e Raças da Guiné Portuguesa"; "Emigração Açoriana para o Brasil" e "Nampula a bela do Norte".

O Gungunhana raramente falava com qualquer pessoa e, se a ele se dirigiam, respondia pouco ou não respondia nada. Passava o tempo isolado no pequeno calabouço contíguo àquele onde morava pelo lado de oeste e cuja porta se não vê na fig. 2: Ali ficava horas assentado a fazer cestinhas (*txitas*) e por vezes a cantarolar baixinho melodias da sua terra, cuja letra, dizia o Godide, recordava episódios de caça (*Elefante matou meu pai...*) ou episódios das guerras contra os m'chopes...

O Molungo passava a vida quase sempre deitado de costas na sua cama.

O Godide e o Zixaxa movimentavam-se mais. O Godide brincava com rapazes que para ali se chegavam, galhofava com eles e com os soldados que estavam de guarda. O Zixaxa tinha sempre um porte marcial, não dando confiança a quem quer que fosse. Era sem contestação o mais soberbo dos quatro. Deve notar-se que isto reflecte a sua raça de landim. Zixaxa era landim e não vátua, como os outros três, descendentes do Tchaca, *príncipe* zúlu que há mais de um século abandonou a sua terra e veio estabelecer-se em Gaza à ponta de azagaia.

O Gungunhana nunca esquecia a sua antiga qualidade de *rei* e todo se desvanecia quando alguém já versado na língua vátua lhe dizia: *Gungunhana inkossi lama Monte Brasil* (Gungunhana rei do Monte Brasil).

Entretinham-se frequentemente a caçar coelhos no Monte Brasil, com furão e redes. Usavam dois paus que atiravam a algum coelho que os cães levantavam, acertando algumas vezes. Guisavam os coelhos que apanhavam e com eles se banqueavam, regados de vinho tinto...

Os quatro eram correctos no trato, nunca admitiam conversas nem gestos acanhados e repeliam indignadamente quem neles porfiasse, chamando matonga (palavra desprezível na sua língua) ao atrevido.



Résenha das gravuras

1 – 27-6-1896, dia da chegada a Angra, da esquerda para a direita: Matebejana-Zixaxa, Molungo, Godide e Gungunhana.

2 – A seta indica a dependência que alojou os prisioneiros à entrada do castelo de S. João Baptista, próximo da casa da guarda de polícia ao quartel.

3 – No dia do baptismo, 16-4-899. Da esquerda para a direita: sentados – Gungunhana e Molungo; de pé – Godide e Zixaxa.

4 – Roberto Frederico Zixaxa, o filho que Zixaxa deixou e que usa o nome cristão do pai.

5 – Tenente-Coronel José Agostinho, um oficial norte-americano, com função docente, autor de um estudo sobre o Gungunhana, que a esta Ilha se deslocou para conhecer a terra onde o Vátua africano viveu o último período da sua vida e morreu, e mais quem estas linhas escreve, acabados de sair da antiga prisão do Gungunhana.



-1-



-2-



-3-



- 4 -



- 5 -

CASTELO DE S. JOÃO BAPTISTA ⁽¹⁾

Depois das sangrentas represálias exercidas por D. Álvaro de Bazan, *marquês de Santa Cruz*, e seu sucessor, D. João de Horbina, sobre os defensores terceirenses, por D. Filipe II investido foi no Governo Geral dos Açores, em 1591, o mestre de campo D. António de la Puebla.

Encontravam-se ao tempo dispersos os efectivos pelas várias fortificações da ilha, sem quartéis nem alojamentos convenientes. Situação precária esta que afectava a disciplina e as necessidades de segurança, tanto mais o território luso ameaçado estava pela armada inglesa que D. António Prior do Crato lograra organizar sob o comando de Duarte Narvais e Francisco Drack ⁽²⁾.

Urgia, pois, obviar a situação e realizar uma obra que assegurasse o domínio do invasor. Esse, na realidade, o objectivo essencial de La Puebla ao propor a Filipe II a edificação de uma

⁽¹⁾ O esboço histórico do Castelo de S. João Baptista está feito pelo major Miguel Cristovam de Araújo e vem sendo publicado na revista "*Atlântida*", com separata. – Confinar-nos-emos, assim, a breve sinopse, com base nos escassos elementos que dos próprios originais extraímos, além de uma ou outra publicação rara e quase ignorada.

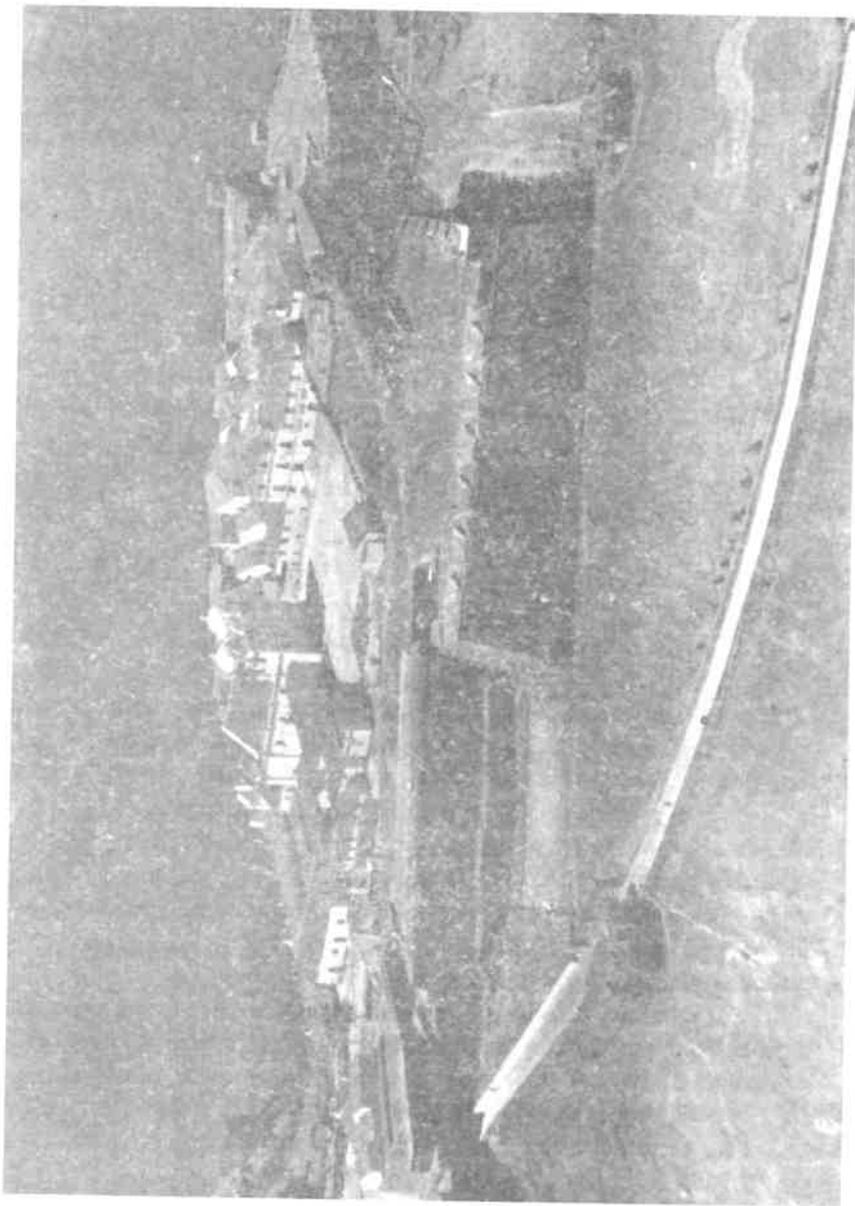
⁽²⁾ Narvais e Drack desembarcaram em Peniche e progrediram sobre Lisboa, «talando os campos e destruindo tudo quanto encontravam». E «ninguém se moveu em seu favor, como esperava a rainha Isabel», e D. António lhe teria dado a entender. As forças reembarcaram e volveram a Inglaterra. – Francisco Drack tentou depois desembarcar nesta ilha, para dela se apoderar ou, pelo menos, saquear o porto, então com alguns navios contendo importantes recheios, procedentes do Ultramar. Mas logo que de Angra o avistaram, os sinos tocaram a rebate e o governador João de Horbina preparou-se para repelir o ataque, avultando para o efeito a fortaleza de S. Sebastião. E Drack, que êxitos colecionava sobre gente desarmada, apercebendo-se do ânimo dominante em terra, houve por bem fazer-se ao largo.

Fortaleza no Monte Brasil. Um reduto capaz de garantir uma resistência duradoura sem exército numeroso que sobrecarregaria o erário público, flagelando as populações com impostos, já de si sobremodo oprimidas por tributos vexatórios e despóticos dos anteriores governantes. E nenhum sítio da ilha, para o efeito, melhor condições oferecia do que o Monte Brasil: além de dominar as duas baías, de Angra e Fanal, constituiria baluarte para enfrentar os movimentos hostis que se desenhavam na cidade (1).

Côncio da informação válida de La Puebla, Filipe II aprovou o projecto do engenheiro-mor João de Vilhena. O terreno se adquiriu e a obra ter-se-ia iniciado em 28 de Maio de 1581, com os preliminares de terraplenagem. Dois anos adiante se lançou a primeira pedra nos caboucos da bateria designada *Santa Catarina* (2), em luzida cerimónia, com a presença do dito Governador, do bispo D. Manuel Gouveia, numeroso clero, no-

(1) Rezam as crónicas ser coeva de D. Sebastião a ideia de no Monte Brasil se erguer uma fortificação, mas parece que divididos os pareceres das autoridades angrenses se representou ao soberano, e ele deferiu por carta de 4 de Julho de 1572, apenas se fizesse no *Porto de Pipas* e no *Porto dos Fenais (Fanal)* «duas estâncias para ter nelas peças de artilharia» (Drumond, I – 161 e 649).— O dr. Frutuoso, inventariando os redutos militares da Ilha, escreve: — «No forte chamado Santo António, que está à ponta do Brasil, uma meia colibrina de bronze, com as armas de França, semeada de flor de lices (sic), de trinta e seis quintais vinte e oito arráteis; um pedreiro grande de bronze com as armas de Portugal; um sacre oitavado, com as armas de França, de dezanove quintais; outro meio sacre chão, de bronze, de dez quintais sessenta e quatro arráteis; uma peça de ferro coado, de quinze quintais, encavalada; outras duas peças de ferro coado, de até treze quintais; dois esmeris grandes de bronze, com seus servidores, setenta balas de ferro, vinte balas de chumbo enramadas, dez cadeias, vinte balas grossas de pedra, dois meios terceirões de pólvora, outras seis cargas de sacos de pólvora». E no «forte chamado os Fenais: uma peça de ferro coado de cinco quintais; outra peça de ferro de setenta quintais e vinte arráteis; outra de ferro coado de treze quintais» (*Saudades da Terra*, Livro Sexto, 192/93 – 1963 – Ponta Delgada).

(2) Assim o diz Drumond (*Anais*, I – 384/85), mas a verdade é que se ignora a data exacta do acontecimento. Maldonado, por exemplo, escreve: — «Principiaram as muralhas do Castelo em 1607. Consignou el-rei para estas e pagamento do Presídio dezasseis contos de reis que são quarenta mil cruzados. E por estes anos em diante consignou mais mil cruzados nas rendas dos dois por cento do Pastel na ilha de S. Miguel, cinquenta mil réis na ilha de S. Jorge e trezentos mil réis nas rendas do novo imposto da Câmara de Angra como também dois mil cruzados nos sobejos das alfaias destas ilhas e outras; tudo o que se achasse ser de contrabando vindo das Índias Ocidentais sem os registos necessários em que por tempo se fizeram tomadias de altíssimo valor, e importância». E o mesmo autor, depois de estimar em 44 mil cruzados a soma dessas rendas, exceptuando o contrabando, multiplica-os «pelos quarenta anos que duraram as obras do Castelo», apurando o montante de 1.760 mil cruzados. Adita Maldonado não incluir a despesa de *todos os materiais*, concluindo: — «Tenho em mim que sem temeridade posso afirmar haver custado a el-rei de Castela a Fortaleza da Ilha Terceira entrando o valor das artilharias dela a melhora de três milhões de cruzados» (*Ms.* fls. 296/97).



*Castelo de S. João Baptista, sobranceiro à cidade de Angra,
na encosta do Monte Brasil*

breza e povo ⁽¹⁾. E tal o ritmo com que se laborou, a evidenciar o empenho filipino, cinco anos depois estava erecta a extensa e alta cortina de muralhas voltada, à cidade.

Um imposto especial sobre os rendimentos fiscais de todas as ilhas foi votado pelo rei, a fim de satisfazer as vultosas despesas, enquanto do Continente português e de Espanha remetiam em larga escala ferramentas, cal, madeiras, pólvora ⁽²⁾, além de cem peças de artilharia de calibres diversos. Ordenado ainda aos tribunais açorianos que os condenados às galés para esta ilha vissem trabalhar na edificação da fortaleza até ao seu remate. Assim mesmo, o assentamento da cortina volvida à cidade, desde a bateria de *Santa Catarina* até ao Recanto do *Relvão*, custou um milhão e 770 mil cruzados, excluindo toda a pedra, extraída no *Monte Brasil*, na costa sul ao termo do caminho de *Santo António* e na base do *Pico das Cruzinhas*, junto da *Caldeira*.

D. António Senteno, cavaleiro da Ordem de S. João, sucedendo a D. António de la Puebla, por falecimento deste, assumiu o cargo em 1594. No decurso do seu mandato as obras se activaram e os terceirenses sofreram alguns vexames. Prepotentes os tributos no sentido de obter receita que a despesa comportasse, afora a interferência arbitrária do governador na administração civil, a ponto do monarca o repreender.

(1) – O Padre Cordeiro, na sua *História Insulana*, salienta a propósito do assentamento da primeira pedra: – «e é muito de notar que houve logo ali quem exclamou e disse que nela fundavam um grilhão para toda a vida, etc., etc.» – «Pelo tabelião de Angra Manuel Jácome Trigo foi feita em 1 de Setembro de 1598 uma escritura de partilhas entre os herdeiros de Estevão Cerveira, do valor porque fora vendido o terreno e eiras do Monte Brasil aonde se edifica a fortaleza, o qual lhe fora pago com uma cédula real da importância de 904\$000 réis pagável dois anos depois. Os interessados deram procuração para a vendá da dita cédula ao padre Baltazar Barreiros, da Companhia de Jesus, e a Custódio Vieira Bocarro, Procurador da Cidade de Angra, que de facto a venderam em Madrid por 740\$000 réis a Gabriel Roiz Parço. Descontadas as despesas somente se repartiu pelos herdeiros a quantia de 640\$000 réis» (A.A., II – 335). Sobre Estevão Cerveira, vide a "*Capela de Santo Estevão*" da Catedral.

(2) – De um Manuel de Lemos, *polvarista* do Castelo, falecido em 12DEZ1607, o termo de óbito achámos no registo da Sé. Isto nos elucida que a imposição filipina a António Ferreira Bettencourt para obter o cargo de Provedor da Fazenda, de na Flandres contratar um *salitreiro* e um *polvarista*, como a ps. 349 recordámos, não pode interpretar-se como índice de inexistirem aqui artifices desse mester. De admitir, todavia, da cláusula aludida designar *polvarista* com especiais conhecimentos.

Objectivando hostilizar o tráfego comercial com as Índias, mandou a rainha de Inglaterra estacionar nos Açores uma poderosa armada. Cento e quarenta velas a formavam, sob o comando do conde de Essex, que a postou no canal Terceira-S. Jorge e entre as ilhas Faial-Flores. Quiçá por estar desguarnecida, Essex desembarcou na última destas ilhas com seus mil soldados e saqueou a vila da Horta, flagelando cruelmente os seus habitantes.

Entrementes das Índias regressava a frota comandada pelo capitão João Guterres Guarivai. A armada inglesa a avistou e perseguiu, aprisionando uma fragata. Tudo o mais se salvou do saque, superior a trinta milhões de ouro, que tanto era o montante da carga vinda na frota, graças a esta haver alcançado a baía de Angra, auxiliada por embarcações terceirenses, no arriscado reboque para dentro do porto, ao abrigo das baterias de terra.

Ainda neste dito ano de 1597, as três Câmaras da Ilha – Angra, Praia e S. Sebastião –, reunidas a 19 de Agosto, deliberaram enviar deputações a Madrid, para junto da corte protestar contra as novas exigências e tributos, cada vez mais onerosas, numa exploração sem nome, extorquindo a gente terceirense.

Mantendo-se em atraso o pagamento dos prés, não obstante o que fica dito, as praças se revoltaram, acaudilhadas sobretudo pelos soldados casados, no fito de arranjar pretexto para recorrer ao roubo e à pilhagem. Do antecedente, aliás, já em excesso abusavam, ocasionando algumas sérias rixas entre os civis e a tropa. Embora em Angra urdido o plano subversivo, estendeu-se o movimento às guarnições de S. Sebastião e Praia, com o sargento-mor António Cardoso Machado a liderar na última destas vilas (1).

(1) Este António Cardoso Machado terá sido o primeiro português a que se ligaram os Pizarros espanhóis (Montalvão Machado *in* "Dos Pizarros de Espanha aos de Portugal e do Brasil", 122/23 – Lisboa, 1970).



*Oficial do Batalhão da Ilha Terceira
(guarnição do Castelo de S. João Baptista) em 1797.
Jaqueta, calção e barrete azul, peitilho escarlate
com botões amarelos e polainitos negros.*

*

D. Álvaro de Viveiros, com cerca de 800 homens e famílias, aferrolhou-se portas adentro da Fortaleza, com abundância de provisões para seis meses, além da farinha que saqueara. O cerco ao Castelo, porém, como é sabido, durou bem mais tempo, em consequência de que os víveres faltaram, submetendo a guarnição à angustiada penúria de alimentos, extrema e desesperante miséria, à tortura da fome.

As cousas de comer, mesmo as repelentes, disputaram-se e pagaram-se a preços inauditos, inconcebíveis e astronómicos para a época.

A tabela que Maldonado refere na *Fénix*, pela sua eloquência, dispensa comentários:

«Chegou a custar um pão	100 rs.
Uma libra de carne	400
Um coelho	800
Uma coderniz	140
Uma melroa	100
Um tintilhão	040
Uma galinha	1600
Ovo	140
Uma libra de biscoito	080
Um quartilho de vinho	160
Uma canada de azeite	800
Seis carapaus do mar	200
Seis lapas	020
Um pé de saramago	020
Um nabo	200
Uma abóbora	800
As tripas de um boi	1200
Dez onças de carne de cavalo	200
As tripas do cavalo	800

Um quartilho de vinagre	640
Um rato	020
Um cão	800»

E o dito Maldonado remata: – «Esta espantosa miséria suportaram os sitiados por cujas causas nos últimos meses morriam como tristes; no de Janeiro faleceram quinze, no de Fevereiro quarenta e oito; e se acaso lhes durava a teima mais espacio de certo pouco ou nenhum escaparia. No rigor desta insuportabilidade morreram Estevam da Silveira Borges, e o Prior da Graça a quem o Castelhana aleivosamente prendeu debaixo da lei da amizade».

*

Entre o material bélico inventariado no Castelo, pelo almorixe primeiro André da Costa Camelo, após a rendição dos castelhanos, diz Maldonado, constavam 139 peças de artilharia – 82 de bronze e 57 de ferro. Incluídos naqueles canhões singelos de 40 libras, culumbrinas e o canhão aculumbrinado *Malaca* (1).

*

Três governadores espanhóis situámos sepultados na antiga igreja de *Santa Catarina*: Diogo de Miranda Queirós, falecido em

(1) A pós a morte do Sultão Badur, em 1546, encontraram os portugueses em Diu uma grande peça de bronze – de trinta e seis libras de calibre, vinte e sete palmos e nove polegadas de comprimento e nove palmos e outras tantas polegadas de circunferência na culatra. Veio o aludido engenho de guerra, não muitos anos volvidos, para a Torre de S. Julião – e os espanhóis, durante o domínio filipino, trouxeram-no para esta ilha, com ele guarnecendo, para a defesa da entrada das viaturas, o Castelo de S. João Baptista. O sítio onde essa peça esteve instalada, pronta a vomitar ferro e fogo sobre a cidade, ainda hoje é conhecido, em razão disso, por *Bateria de Malaca*. Cerca de século e meio permaneceu a célebre peça na fortaleza terceirense, visto que a 22 de Julho de 1771, foi ela embarcada para Lisboa, com destino ao Arsenal do Exército – onde se encontra.

13 de Novembro de 1607; Gonçalo de Mexia, finado a 23 de Outubro de 1618, e João de Ponce, que morreu em 2 de Maio de 1621. Após o passamento do último, o governo ficou confiado ao tenente Alonso Cimbron ⁽¹⁾.

Os primeiros seis governadores da fortaleza de S. João Baptista foram:

Manuel de Sousa Pacheco	desde 11MAR1642
Miguel Pereira Borralho»	» 12MAR1647
Francisco Luís de Vasconcelos ⁽²⁾	» 08AGO1651
Sebastião Cardoso Machado ⁽³⁾	» 12ABR1654
João Sequeira Varejão	» 06JUL1656
Francisco de Ornelas	» 04FEV1660

Nos termos paroquiais da Sé deparamos com óbitos de técnicos empregados na edificação da fortaleza, como o engenheiro João de Millão (fal. em 09JUN1612), figurando como seu testamenteiro o engenheiro António Cota.

⁽¹⁾ A viúva e as filhas de João de Ponce regressaram a Espanha.

⁽²⁾ Enterrado na igreja do Castelo.

⁽³⁾ Faleceu em 30SET1655. Também aqui sepultado, mas com o desejo expresso dos seus restos mortais serem oportunamente transferidos para a capela que tinha na vila da Praia, donde era natural.

AFONSO VI ALI ESTEVE DESTERRADO

A 17 de Junho de 1669, três fragatas e uma caravela desportaram em frente a Angra, fundeando no dia seguinte, sem com terra estabelecerem contacto. Apenas quarenta e oito horas depois, em 20 daquele mês, desembarcaram o dr. António Valez da Caldeira, secretário da embaixada, e o comissário geral de cavalaria, João Cardoso Pizarro. Logo o primeiro se dirigiu ao castelo, com aviso ao governador, enquanto o segundo se avistava com o desembargador Agostinho Borges de Sousa, residente na casa da Alfândega. A convite de D. Francisco de Sousa, marquês de Minas e conde do Prado, para bordo se dirigiu o senado angrense, então se espalhando a notícia incrédula de que Afonso VI se achava numa das embarcações, como prisioneiro e desterrado.

Na Ilha Terceira ignorava-se a disposição do rei e a sentença de 24 de Março de 1668, considerando nulo o acto conjugal da filha do duque de Nemours para, três dias volvidos, esta se ligar ao cunhado, D. Pedro, pelo matrimónio (1).

Anunciado por um tiro de peça, disparado da nau, realizou-se o desembarque do soberano, pelas quatro horas da tarde. Os

(1) – Vide «Causa sobre a nulidade do matrimónio entre/partes/ de uma, como autora,/a sereníssima rainha D. Maria Isabel de Saboia, Nossa Senhora,/ e de outra/ o procurador da Justiça Eclesiástica,/em falta do procurador de/ Sua Majestade El-Rei D. Afonso VI/ Nosso Senhor » - Lisboa: Na Fénix/Rua do Longo n° 35 (continuação da rua Formosa), 1845. Brochura de 136 pp. existindo um exemplar no Arquivo Distrital.

batéis do porto de Angra aproximaram-se da frota. Viajando num bergantim, el-rei tocou a terra no Portinho Novo, amparado pelo marquês de Minas.

Observaram-se todas as homenagens devidas a um monarca. A população da ilha enchia as ruas da cidade e a guarnição do Castelo estava em armas.

Ao passar Afonso VI a *Ponta de Santo António* nas várias plataformas e baluartes da fortaleza a artilharia troou. Corresponderam os navios surtos na baía. Uma liteira transportou o rei, desde o Relvão às portas do *Castelo*, aqui sendo recebido pelo governador, Sebastião Correia Lorvela, cujas chaves lhe entregou com a cerimónia do estilo, enquanto uma salva de vinte e um tiros se ouvia e os sinos da cidade, de templos e mosteiros, repicavam – expressão de contentamento popular por receber um rei.



Junto ao Portão Principal, recebe D. Afonso VI, das mãos do Governador, Sebastião Correia de Lorvela, as chaves da Fortaleza que lhe serviria de cativeiro...

Os aposentos do governador do Castelo não estavam, ao tempo, ultimados, deste modo para residência de um soberano se escolhendo a ala direita do palácio, actual sala de oficiais do Regimento de Guarnição de Angra, ainda lá existindo, sobre a porta de entrada, as armas reais da época, como indicativo de ter sido o quarto do inditoso Afonso VI.

Nos primeiros tempos do seu exílio, via-se o monarca, nas tardes calmosas de verão, caminhar lentamente pelas veredas tortuosas do Monte Brasil e por fim sentar-se, triste e melancólico, sobre pedras olhando a imensidade do Atlântico, abstracto ao que o rodeava. No fim de escasso período, Afonso VI se enfadou dos seus passeios, detendo-se dias seguidos no seu quarto, apenas

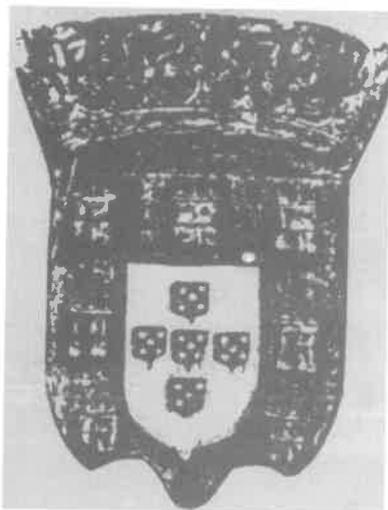


Parada maior do Castelo de S. João Baptista, com os efectivos do regimento de Infantaria de Angra, em festa da rectificação do Juramento da Bandeira – inicialmente chamado de S. Filipe por haver sido construído no tempo do domínio filipino. À direita, vê-se parte do edifício que serviu de Palácio aos antigos Governadores, indicando a cruz preta os aposentos que foram de Afonso VI; e, à esquerda, a Igreja, o primeiro monumento português após a Restauração.

saindo para ouvir Missa. A irascibilidade e a neura por certo o atormentavam.

Após cinco anos, dois meses e três dias na Terceira, a 24 de Agosto de 1674 embarcou el-rei no *Porto Novo*, rumo ao Continente, para ser enclausurado em Sintra. E ali morreu a 17 de Setembro de 1683 quem, por suprema ironia, foi cognominado *vitorioso* (1).

A vida de Afonso VI no Castelo no-la deixou retratada o padre Moldonado, que nesse tempo ali era capelão menor.



O escudo de Afonso VI está patente na sala onde esteve encarcerado

(1) – Palavras do Padre António Vieira, referentes a Afonso VI: «Era manco de um pé, aleijado de um braço, aquela parte da cabeça padecia o mesmo defeito, porque a força do mal de que escapou quase milagrosamente, como diziam os médicos, o partiu pelo meio, o vimos sempre vitorioso; que parece quis mostrar Deus a todas as nações que bastava metade de um Rei de Portugal para resistir e vencer a maior monarquia do Mundo». E Américo Faria no vespertino "A Capital": «Teve defeitos e virtudes, como todo os mortais. Gostava de caçadas, não desdenhava enfrentar touros, ursos e outros brutos ferozes, aos quais matava por suas próprias mãos, com valentia. Outra faceta do seu espírito desigual, desequilibrado: não sabia dissimular. Dizia sempre o que entendia por verdade e razão, sem tomar em conta a quem se dirigia.

Além disso, sem embargo dos assomos de ira de que se tomava, não era reservado».

NESTE CASTELO SERVIRAM BISAVÔS E TRISAVÔS DE PESSOA

Mais três figuras históricas e relevantes da Fortaleza de S. João Baptista.

Maria Madalena Nogueira, que foi mãe de Fernando Pessoa, nascida aos 26 de Maio de 1862, e seus dois irmãos, abalaram da Ilha Terceira em 26 de Abril de 1865, acompanhando os autores dos seus dias, por seu pai, o bacharel Luís António Nogueira, haver sido transferido de Secretário do Governo Civil de Angra do Heroísmo para idêntico lugar no Porto.

D. Madalena Xavier Pinheiro, consorte do também *Delegado do Procurador Régio*, nasceu em Velas, S. Jorge, quando seu pai, *Inácio José Pinheiro*, ali esteve exilado, por razão que importa lembrar. Natural este da Praia da Vitória, casado com D. Ana Maria Xavier, matrimónio coroado por dez progénitos, sendo aquela o sexto. Abraçou a carreira das armas e breve ascendeu a oficial subalerno servindo no *Castelo de S. João Baptista*.

Pouco afortunado, contudo, na profissão militar. Coerente e leal, na hora da verdade manteve-se fiel ao rei, assim cumprindo o juramento prestado ao receber os galões de alferes. Na madrugada de 22 de Junho de 1828, quando a revolução liberal eclodiu a favor de D. Pedro, contra D. Miguel, exercia a função-chave de comandante de guarda ao palácio ⁽¹⁾. E não se aliando ao movimento, caiu em *desgraça política*... como soi dizer-se.

(1) Palácio dos Capitães Generais, que antes fora do Colégio dos Jesuítas.

Ferreira Drumond e Manuel Pinheiro relatam o episódio:

Escreve o primeiro que, depois de se assenhorar do Castelo, com trinta praças saiu para a cidade José Quintino Dias, comandante do batalhão de caçadores cinco; «e deixando esta força a cargo do tenente Francisco Eleutério Lobão ⁽²⁾, dirigiu-se ao palácio do general, entrando nele francamente; achando-o porém bastante incomodado por causa de suas habituais moléstias, deu-lhe a voz de preso, obrigando-o a assinar uma ordem para que o batalhão da Praia, e as mais tropas da cidade largassem as armas, e se retirassem a suas casas. Achando então que o oficial e os soldados da guarda se não queriam render, mas pelo contrário se opunham vigorosamente, e ignorando qual o motivo das milícias que supunha haverem marchado a incorporarem-se com as da Praia, e temendo ser cortado pela retaguarda, depois de um pequeno tiroteio, retirou ao largo das Covas, onde estava o pelourinho, estendendo as guardas avançadas e pondo-se em observação».

«Dispostas assim as coisas e passadas as ordens para a retirada dos corpos de milícias, determinou-se ao tenente Lobão para com os trinta soldados e algum reforço mais, que lhe foi enviado, marchar e surpreender a guarda do palácio, que estava renitente; e com efeito, ao romper do dia, veio postar-se no declive da calçada, que estava no largo do palácio do general, comandados pelo corajoso tenente ⁽³⁾ Inácio José Pinheiro, que depois de uma vigorosa resistência, conheceu a inutilidade dos seus esforços, e o risco em que se achava cercado por todos os lados, dentro em uma casa, e por força superior à sua; além de que ignora-

⁽²⁾ Natural de Chaves. Assentou praça, como voluntário, em 1820. Figura relevante na expedição ao Mindelo, morreu em 21SET1832, por ferimentos recebidos nas lutas do Porto. O capitão Lobão, a título póstumo, recebeu a *Torre e Espada*.

⁽³⁾ Oficial de Artilharia do Batalhão de Angra.

⁽⁴⁾ Inerte pela doença que o minava, o general Manuel Vieira de Albuquerque Touvar facilitou o êxito do movimento liberal. Se a substituição, pelo almirante Henrique de Sousa Prego, tem sido um mês antes, talvez o desfecho outro fosse.

va qual o estado e direcção dos outros corpos, e as ordens do general (4), que, ou lhe não tinham chegado à mão, ou que ele julgava imanadas de uma perfeita coacção muito mais sabendo qual o estado de moléstia em que ele se achava. Por todos estes fundamentos, bem a seu pesar, tomou o partido de se dar à prisão, com a gente da guarda e soldados do reforço, um dos quais se achava gravemente ferido; e os outros, assim como da força agressora haviam também alguns maltratados, ainda que levemente; e se achava morto um sapateiro que temerariamente avançava com um dardo na mão» (5).

Diz o segundo, completando a obra de seu pai, em homenagem póstuma:

«Pelas duas horas da madrugada de 22, desceu o tenente Lobão à cidade, com uma força de trinta praças a fim de tomar o palácio do governo, o que não conseguiu pela opposição corajosa do tenente Inácio José Pinheiro, que comandava a respectiva guarda; pelo que retirou sobre o largo, que hoje é denominado *Il de Agosto*, esperando ali pelo amanhecer, em que se lhe juntou o capitão Quintino Dias com a qual conseguiu desarmar então a guarda, prender Touvar e os seus ajudantes de campo Moraes Ancora e Coelho Borges» (6).

Ao portar-se como verdadeiro oficial, Inácio José Pinheiro comprometeu a sua carreira, estacionando em tenente, mais tarde reformado no posto de capitão. Se tivesse espírito acomodaticio e oportunista, quiçá tivesse patentes mais elevadas, quem sabe se a de general, já que perfil e temperamento não lhe faltavam.

Por amargo preço saldou a sua idoneidade.

Logo foi deportado para a ilha de S. Jorge (7), sendo-lhe sequestrados os bens.

(5) "Anais da Ilha Terceira", IV v., 108/110.

(6) "Épocas Memoráveis da Ilha Terceira" – História da Liberdade dos Açores – 6.ª Época (1821/1827, ps. 161).

(7) "Anais" já citados, 118. – Quarenta e dois dias depois do "22 de Junho" já o tenente Inácio José Pinheiro baptizou o seu terceiro filho na igreja matriz de Velas.

A rigor não apuramos, por insuficiência documental, quanto tempo durou o exílio de Inácio José Pinheiro. Restar-nos-ia, se existisse, o registo de tráfego de passageiros no porto de Angra. De verdade, e certo, em 1836 ainda residia em Velas; e dois anos adiante, no baptismo do sétimo filho, aparece em Santa Luzia, da primeira urbe açoriana.

Oito anos, assim, pelo menos, estivera ausente.

Nem sempre terá permanecido em S. Jorge. Silveira Avelar o refere, como ao irmão José Joaquim, além de outros, «passando depois ao Faial». O mesmo historiador, por outro lado, ainda o situa «na direcção dos fortes» da Calheta e inclui na lista dos prisioneiros feitos pelos liberais, em Maio de 1831, quando das escaramuças na Urzelina e Manadas ⁽⁹⁾.

Este, repetimos, bisavô materno do Poeta.

Dos trivisavôs nos deteremos no próximo texto, já que o presente vai alongado.

*

Inácio José Pinheiro, de quem falámos no último texto, era filho de Caetano Dionísio de Lens, um dos trisavós de Fernando Pessoa ⁽¹⁰⁾. Nasceu em San Tirso de Cando, paróquia da municipalidade de Outes, província da Corunha, diocese de Santiago de Compostela, situado na costa, cerca de Ria Noya, a sul do Cabo Finisterra ⁽¹¹⁾.

⁽⁸⁾ Alfredo da Silva Sampaio in "Memória sobre a Ilha Terceira", 671.

⁽⁹⁾ "Ilha de S. Jorge", 378, 400 e 401, Ed. 1902. A mudança para a Ilha do Faial, apenas ter-se-ia processado em Maio de 1831.

⁽¹⁰⁾ Confirmada, assim, a indicação do Poeta, de que sua avó, Madalena Xavier Pinheiro, «era descendente de uma família emigrada da Galiza» (*Cartas a Armando Côrtes-Rodrigues*, 125). O primeiro elemento que achamos da origem galega de Caetano consta do seu casamento segundo.

⁽¹¹⁾ «Lugar de PUENTE, Liv. 1, fls. 206. Cópia obtida pelo Prof. Rodrigues Lapa, recentemente falecido, através do Instituto Luso-Galaico, de Vigo. O termo de baptismo apresentado constitui «um documento histórico da maior importância», como então disse o douto ensaísta e filólogo.

Aos vinte anos de idade assenta praça como soldado cadete em Portugal ⁽¹²⁾, adoptando o nome de Caetano José Pinheiro, natural de Coimbra, no Regimento de Artilharia do Algarve, ajuramentado em 14 de Maio de 1776 ⁽¹³⁾. De estatura baixa, quatro pés e onze polegadas (1,60m.), cabelos castanhos, olhos pardos, ofício de carpinteiro, ingressa na Companhia de Mineiros da aludida Unidade.

Depois de correr diversos Regimentos e de haver servido a bordo da Nau *Príncipe Real*, comandada por D. Domingos Xavier de Lima, marquês de Nisa, o que não interessa aqui focar – dado que, em "FERNANDO PESSOA E A TERCEIRA / Figuras do ramo materno do Poeta", publicamos o seu *curriculum* em 1974, em Angra do Heroísmo –, como capitão foi destinado à 4.ª Companhia do Batalhão de Artilharia criado para a guarnição do *Castelo de S. João Baptista*, na Ilha Terceira.

Caetano José Pinheiro, ainda sargento-mór graduado, regeu de 1811 a 1818 a cadeira de Matemática e as disciplinas do primeiro ano da *Academia Militar* então existente na, ao tempo, capital dos Açores.

Casou três vezes: na Sé de Faro, em 1780; em Lisboa em 1786; na Catedral de Angra, em 1813. Nado em 12 de Janeiro de 1756 e falecido em 8 de Setembro de 1819, sendo sepultado no templo-mór da diocese açoriana.

⁽¹²⁾ Nos fins do século XVIII, além de numerosos emigrantes realistas franceses, integravam-se no Exército Português militares alemães, italianos, irlandeses, alguns ingleses, escoceses, polacos, etc.. Sobretudo após a vinda do conde de Lippe, os estrangeiros enxameavam as nossas fileiras de terra e mar. Uma espécie de mercenários aqui e, mais ou menos, por toda a parte. De aventar a hipótese, pois, embora as divergentes nacionalidades fossem aceites, Caetano José Pinheiro não lograria qualquer vantagem em apresentar-se como oriundo da Espanha. Verdade que em Portugal se seguia a tradição, justa, de não considerar o irmão galego como propriamente espanhol. De uma forma ou de outra, contudo, o filho da Galiza jamais se eximiria à condição de súbdito do rei de Madrid. Além da Restauração, lembra-se que, em tempos de D. José, ainda se travou uma breve guerra lusohispânica. Os outros estrangeiros eram de países menos próximos e, relativamente, não tão importantes ou mais amigos. Admitimos, portanto, tenha sido esta a razão por que se nacionalizara. Aliás, com outros galegos, igual sorte teria acontecido.

⁽¹³⁾ Tanto aparece procedente da Matriz de *S. João de Almedina* como da de *S. José* «subúrbios da cidade de Coimbra».

Caetano Paulo Xavier era pai de Ana Maria Xavier, mulher de Inácio José Pinheiro, já atrás reportado. Nasceu em S. Sebastião da Pedreira, Lisboa, a 10 de Janeiro de 1770. Em 19 de Setembro de 1802 nupciou em Santo André, da mesma cidade, com Madalena Luísa.

Enveredando também pela senda militar, saiu segundo tenente do Real Corpo de Engenheiros. Ascendeu a primeiro tenente, em 30 de Março de 1801, Capitão-Adjunto ao Regimento de Artilharia da Côrte, com exercício de lente de Matemática, Artilharia e Fortificação, em 11 de Agosto de 1803. Outrossim do Regimento de Artilharia 1, acumulando a mesma função docente, então como sargento-mór agregado.

Participou na *guerra peninsular*.

Destacado em 1810/11 nas linhas de defesa da capital; e a 13 de Maio seguinte deste último ano, ganha os galões de tenente-coronel, sendo colocado no Batalhão de Artilharia de Angra. E logo no mês de Junho para esta cidade embarcou.

A seis de Abril de 1813 assume o comando do Batalhão, incumbido ainda de ministrar as disciplinas dos 3.º e 4.º ano da Academia Militar que ali havia, Comandante Militar da Guarnição e governador do *Castelo* desde Janeiro de 1818. Coronel em 26 de Fevereiro imediato.

Não seria político nem acariciaria ambições de altos voos. Almejava, sim, paz e tranquilidade. Embora indissolavelmente ligado aos eventos políticos dos anos vinte do século XIX, por sua função pública, esteve dissociado das ocorrências então ali registadas.

Preso durante os sucessos de 2 de Abril de 1821, Francisco de Borba Garção Stockeler o reintegrou no cargo de governador do *Castelo* de Angra, após o assassinio do ex-capitão-general Francisco António de Araújo, oriundo de Viana do Castelo e irmão do ministro Conde da Barca. Já em público, de resto, Stockeler havia elogiado Caetano Xavier, graduando-o em brigadeiro, mas continuando a perceber a soldada de coronel.

Não seria no espaço destinado a um ou dois artigos que esboçaríamos a sùmula biogràfica deste trisavô do inspirado idealista de *Ode Triunfal*. Limitar-nos-emos, por isso, somente a este paràgrafo: instaurado o processo a Stockeler, ao bispo D. Frei Nicolau de Almeida e a Caetano Xavier, componentes do *governo* local, devido a intrigas e acusações polítics, os três vieram a Lisboa para serem julgados por determinação régia. Absolvidos foram os três, dez dias depois da Vila Francada ⁽¹⁴⁾. Faleceu em 4 de Junho de 1830, deixando a viúva e um filho menor em extrema miséria, tendo-lhes valido uma tença de D. Miguel mantida por D. Maria II.

(14) Do autor in "Fernando Pessoa e a Terceira", 35-49-55 – 1974.

ENTRE 1860-1862 O "8" DE BRAGA SERVIU NESTE CASTELO

Um ano após, quando já as sombras dos Açores se julgavam desfeitas, o comandante do Regimento de Infantaria n.º 8, o mesmo brigadeiro João Duarte Rangel, em 7 de Agosto de 1860, recebeu ordem de Ministério da Guerra para se preparar, com vista a seguir para Angra do Heroísmo, a fim de render o "18" que ali se achava destacado. O embarque efectuar-se-ia por todo aquele mês.

Pelo que se lê num órgão da Imprensa bracarense, a deslocação da Unidade seria motivada «por exigências políticas». «Soldados amigos do povo e briosos não servem para ajudantes da bárbara operação em que o contribuinte há-de ficar sem uma só gota do sangue da sua bolsa». E a rematar: «O regimento oito, entre os seus títulos de glória e pundonor, contará de hoje em diante um título mais nobre do que todos: – o de ser temido como leal amigo deste povo. Para onde for levará consigo os votos de respeito e gratidão dos Bracarenses».

Enquanto não chegava o dia da abalada, este Corpo efectuava no Campo da Vinha revistas e exercícios de marcha.

Temos por hábito antigo, sempre que os êxitos se apresentam convidativos e elucidativos. optar pela transcrição ou o simples respigo, pondo à margem a redacção própria, como sucede no caso presente, em que os nacos de prosa, além do estilo da época que apresentam, referem o ambiente existente, até porque houve fases na viagem a que militares e famílias se sujeitaram, e hoje ninguém aceitaria, merecendo, por isso, aqui figurarem.

Num outro "número" do dito jornal, em extenso editorial, se informa que em 25 do mesmo mês de Agosto, um sábado, pelas quatro horas da tarde, «pôs-se em marcha para ir pernoitar a Vila Nova de Famalicão, e dali a S. João da Foz, a fim de embarcar para a Ilha Terceira, o primeiro Batalhão do bravo Regimento do 8. Todos os cavalheiros desta cidade e grande número de povo se aglomeraram no quartel do Regimento para dar os últimos saudosos adeuses à briosa oficialidade e soldados deste Corpo, cujo comportamento há perto de vinte anos, que aqui tem estacionado, tem sido exemplaríssimo, de modo que durante tão larga residência nem a mais insignificante rixa, nem ainda a mais leve desinteligência tem havido entre as praças deste Corpo e os habitantes desta cidade, se exceptuarmos as desgraçadas e lamentáveis ocorrências políticas de 1846, em que o Regimento não fez mais do que defender-se da injusta, inqualificável e não provocada agressão de uma plebe desenfreada, desvairada e incitada...».

«...quem pode falar no Regimento n.º 8, sem lhe vir logo à lembrança a sua acrisolada fidelidade à Carta e à sempre chorada Raíña D. Maria II, e o denodo, bravura, entusiasmo e constância com que naquela época se houve no meio de uma sublevação tão assustadora? Lá vai este bravo Regimento para os Açores, deixando indeléveis saudades aos bons bracarenses, que na ocasião da partida lhe deram as mais sinceras demonstrações de simpatia e amizade. Não houve ninguém que não se admirasse de ver partir uma tão pequena força, pois nas fileiras não iam mais de quarenta praças de pré, que com os oficiais, músicos (!), tambores e soldados que formavam a guarda das bagagens, perfazem apenas o número 112. E é para conduzir uma tão diminuta força que se manda um navio do Estado, fazendo enormes despesas com transportes de bagagens e comedorias a um avultado número de famílias!»

(!) José Maria Pernão era o chefe da banda.

«O que também nos surpreendeu foi que o Sr. Ministro da Guerra mandasse marchar um batalhão, e tão pequeno, sem mandar pagar ao menos um mês de soldo aos oficiais e algumas quinzenas aos soldados! Não se lembrará s.ex^a já do tempo em que não era ministro, nem conselheiro nem director da Politécnica? Por certo que não; porque aliás não teria o coração tão duro e tão empedernido que mandasse marchar os seus camaradas, a maior parte casados, sem lhes dar um vintém; e teria imediatamente deferido ao justo requerimento, que os srs. oficiais casados lhe dirigiram telegraficamente, logo que receberam a ordem de marcha, para que lhes fosse concedido o deixarem metade dos seus respectivos soldos a suas famílias, as quais nesse caso ficariam no Continente, no que muito economizava o Tesouro. S. ex^a é verdade que deferiu favoravelmente esta justa pretensão, porém com tanta preguiça e indolência que os interessados só o souberam no mesmo dia da partida, quando já tinham desarranjado as suas casas e feito todos os preparativos indispensáveis para a viagem, de maneira que nem um só se pôde aproveitar do benefício daquela concessão!!»

Ainda noutra edição deste periódico, mais se nota esta falha de senso: «Parecem incríveis as faltas e desatinos que se cometeram na parte do governo e de seus delegados por esta ocasião. O **Mindelo** chegou ao Porto para receber aquele Batalhão e não entrou na barra, de maneira que em vez de um embarque muito seguro, cómodo e económico, tiveram todos os indivíduos daquele Corpo e suas respectivas famílias de ser guindadas para bordo, como se fossem fardos de mercadorias avariadas (?); chegados a bordo, dizem-lhes que nem rancho há para os soldados, e que ainda é necessário meter carvão e mantimentos» (?).

(?) Ainda nos recorda que, nas Lages das Flores, há bastantes anos já, notamos este sistema de embarque, com gado bovino.

(?) Se não fosse o general Ferreira, teria saído o Batalhão do Porto «sem receber um só real», os oficiais e famílias ter-se-iam visto «obrigadas a ir comendo a ração do porão». Foi sob a responsabilidade deste general que se pagou um mês de pré aos soldados e um de soldo aos oficiais, «a quem também mandou abonar comedorias».

O que dito fica, não sendo necessário mais, basta para se ajuizar dos tombos sofridos por tais condições de embarque, sem esquecer as crianças que por certo as haveria. O barco em que viajaram não se muniu dos elementos logísticos que se impunham, o que o levou, depois de atribulada viagem, a aportar ao Tejo, **por favor de uma especial arribada...** O 1.º Batalhão, entretanto, dizem as **gazetas**, continuou em Lisboa «a tomar ares...». Os boatos corriam a propósito, ignorava-se se os militares seguiam ao seu destino ou se voltavam à antiga Praça. Também se dizia que iria **fazer a guarnição de Setúbal até ao princípio da primavera para embarcar num tempo mais fixo e durável.** (4)

O Segundo Batalhão recebeu, na manhã de 23 de Outubro seguinte, em participação telegráfica, ordem para marchar para Lisboa, «Que ali se tem de reunir à ala direita que se acha estacionada no Quartel de Alcântara».

«Estimamos muito que o governo seja providente» e o não faça passar «pelos contratemplos e inclemências por que infelizmente passou o 1.º Batalhão a bordo do **Mindelo**». (5)

(4) O remoque que se segue encerra a notícia respigada: – «Se o marquês de Pombal, que está no Terreiro do Paço – alude certamente ao medalhão que se insere na frente ao monumento equestre a D. José – fosse animado talvez desse aos grandes do poder a mesma sorte que este deu aos filhos da Inquisição, no tempo da sua maior energia política, por também terem andado neste negócio. A resignação é o maior antídoto para encerrarmos estas inconveniências com a melhor tolerância».

(5) "O Bracarense", de 10, 24 e 28 AGO; 4 e 14 SET; e 23 OUT 1860.

Neste Regimento que assentámos praça, em 5 de Março de 1931. Feito o Juramento de Bandeira, estivemos em Tancos, frequentando o curso de *gases, fumos e chamas*. Em seguida, fizemos a diligência de vários anos, como soldado e 1.º cabo, no *Depósito Colonial*, à Junqueira, Lisboa, até que nos licenciámos, após tirarmos o 3.º curso das Escolas Regimentais, em Lanceiros 2, de habilitação para 1.º Sargento. Mais tarde, fomos mobilizados para Angra, como furriel, em plena guerra mundial, destinados ao B.I. 17, embarcando no "Carvalho Araújo", em 23 de Maio de 1941, chegando a Angra em 28 seguinte, data que pela vez primeira entrámos neste Castelo.

"OITO" DE INFANTARIA EM ANGRA

A primeira notícia da ida do Regimento de Infantaria n.º 8 para os Açores, vimo-la em "*O Bracarense*". Em 23 de Agosto de 1859, «por lhe sair em sorte, no sorteio que se fez terça-feira no Porto, em presença dos comandantes do 3, 6 e 8», cujo embarque, no "Estephania", ficaria marcado para o dia 16 imediato.

Enquanto se prepara para seguir ao seu destino, vale referir que o "Oito" fazia frequentes diligências, de efectivos e tempos variáveis, sob o comando de major, capitão ou subalterno, para Mafra, Valença, Refojos de Basto, etc...

Agradecimentos apareceram no mesmo jornal em 13 de Setembro e seguintes, de João Duarte Rangel, brigadeiro, comandante da Unidade, «fiel intérprete dos sentimentos dos seus oficiais e de todas as praças, julga do seu dever, e deseja assim dar em público testemunho do seu reconhecimento pela distinta e invejável simpatia e favor com que os ilustres habitantes desta cidade se têm dignado acolher este corpo, que aqui breve se retira, e que hoje se despede cheio de saudade, apesar da bem nutrida e lisonjeira esperança de não tarde voltar aqui»; do capelão que, «sentindo amargamente a saudade dos seus amigos, que deixa por ocasião da sua partida para a ilha Terceira, despede-se de todos em geral com o mais grato testemunho de reconhecimento e gratidão»; ainda de Francisco Moura e Matos, cirurgião-Ajudante, e José Pereira Henriques de Carvalho, alferes, ambos igualmente de Infantaria oito. Todos os quatro se alongam nos seus

agradecimentos e despedida, oferecendo os seus préstimos em Angra do Heroísmo.

No dito periódico, Manuel Bernardino da Cunha e Silva insere o TRIBUTO DE SAUDADE da cidade, em que se lê:

«É a voz da Pátria que chama ao dever um corpo todo guerreiro e cidadão, que tanta honra e nome dá ao exército português.

O regimento de infantaria n.º 8, que sempre teve por pun-donor o brado da pátria, que sempre escutou, está prestes a deixar a encantadora princesa do nosso Minho abençoado, a nossa Braga onde desde a sua vinda dos Algarves encontrou um coração de amizade em todo o peito bracarense.

E este regimento belígero, que, para o trono constitucional sempre olhou com ânimo pugnaz, despede-se desta terra idolatrada com lágrimas de cidadão; mas sempre dizendo com bravura militar – avante, é a pátria que nos manda para os Açores!

Vai regimento de infantaria n.º 8, vai guarnecer essas terras adjacentes, onde também reina o ceptro português do nosso sábio Monarca; mostra lá sempre aqueles sentimentos de honra que herdaste, e tem sempre em vista essa disciplina que tão benquistado te tem tornado; olhando sempre ao brio, e sempre em defesa das garantias do nosso pendão português! Vai, pérola preciosa do exército, atravessar esse oceano que vais sulcar, e, no estreirado que deixar a proa ao barco de guerra, diz: é grande a saudade da pátria que deixamos, é grande a saudade de Braga!

Recorda-te, entre as furnas de enxofre da Terceira constitucional, da vitória do Libertador imperial, e lá entre esses numerosos vestígios de Vulcões de outros tempos envia saudades a este Minho que tem por sorte ser o mais lindo e feiticeiro jardim de Portugal! Manda S. Miguel, lá dessa lagoa do vale das Sete cidades, e do vale das Furnas o cisne saudoso enviar saudades ao Continente, e a esta Braga que por um ano vai perder os defensores da pátria que do seu seio vê partir!

Mas Braga, que também foi guerreira em outros séculos, e que nas asas da fama alcançou um nome histórico pela sua bravura militar, além de ter um peito para chorar a saudade também tem um brado, ainda que sentido e lacrimoso, para dizer – meus filhos ide... ide avante porque é a Pátria que vos manda, e a sua voz sempre foi escutada em coração português.

Vai na paz de Deus, regimento de infantaria n.º 8, e vem breve enxugar as lágrimas de sentimento da suspirosa Braga, que tantas saudades te tributa.

Finalmente, a 4 de Outubro seguinte, o Regimento partiu para o Porto, onde no outro dia chegaria. «Na entrada da cidade foi esperado pelo snr. Padrão, comandante de Infantaria 5, e pela banda de música deste Regimento, que acompanhou o "8" até Vila Nova de Gaia, por ali ter ficado aboletado até à data do embarque».

Desguarnecida do *oitto*, logo para aqui vieram cem praças da citada infantaria 5, para suprir, em parte, a falta daquele regimento. Contudo, o número deste efectivo teria deixado a desejar, por não satisfazer as carências da cidade, como se deduz do apelo lançado pelo mesmo bissemanário (1), devido ao ambiente algo conturbado que se vivia:

«O aumentar este destacamento, o mandar para a cidade um maior número de soldados, é, a nosso ver, uma necessidade e uma medida urgente, e de suma utilidade. A força armada é uma sólida garantia da liberdade, de propriedade, de boa execução da justiça, e um meio eficaz para resistir às perturbações, que transtornam a tranquilidade pública. É porém necessário que seja convenientemente espalhada pelo país, segundo o interesse das localidades.

Braga é uma cidade importante: é a capital de um distrito extenso e muito populoso, e por isso não só merece a considera-

(1) – Publicava-se à terças e sextas-feiras.

ção de ter sempre no seu seio um regimento, mas deve-o ter, porque as necessidades públicas assim o exigem. Muitas vezes é necessário que saia tropa, para fora da cidade, já para auxiliar as autoridades na captura dos criminosos, já para manter o sossêgo público, que ou é alterado, ou se teme que seja; e nestes casos a cidade ficará quase sem a protecção desta força. Existem muitos presos na nossa cidade, e é necessário que estes temam e respeitem a força militar, aliás poderão arrojarem-se a tentativas perigosas. Infelizmente os crimes sucedem-se todos os dias uns aos outros por esse distrito: e assim estamos arriscados a vê-los praticar nesta cidade ou suas imediações. Por consequência é necessário que não haja demora em mandar mais tropa para Braga, e que não cheguem as longas e tempestuosas noites de inverno sem que tenhamos quem nos garanta o sossêgo e a tranquilidade, o melhor benefício de que pode gozar um povo».

Mas uma surpresa, por agora, estava reservada: a Unidade não embarcou para Angra do Heroísmo regressando a Braga no dia 14 do referido mês de Outubro, um domingo. Apenas entrou no quartel, foi distribuído às praças de pré um abundante e variado rancho – e à oficialidade, foi servido um profuso e delicado serviço de doce e vinhos finos, à custa de uma subscrição de diferentes cidadãos da terra.

A vinda do corpo constou na antevéspera à tarde mas, pelo modo por que o receberam, parece que era sabido há muito.

Domingo foi um dia de entusiástico festejo aqui, e deve ser de eterna recordação para o Regimento; com o qual Braga tem fraternizado há 20 anos.

Foguetes, salvas, flores, hinos, cobertores, arcos triunfais, luminárias, brindes, houve tudo em honra do 8 que geralmente é composto de bons cidadãos, e bons militares» (2).

A diligência do 5 regressou à sua unidade neste mesmo dia.

(2) – "O Bracarense", de 26 de AGO; 2, 13 e 30 SET, 9, 14,16 e 25 OUT 859.

A BANDA DO "OITO" ABRILHANTOU A INAUGURAÇÃO DO TEATRO ANGRENSE

A corveta "*Estephânia*" da Marinha de Guerra, com a largada de Lisboa inicialmente prevista para o dia 27 de Outubro de 1860, atrasou-se não por razões suas, mas para receber também o 2.º Batalhão, que só em 26 anterior, ido de Braga, chegaria ao Porto, onde foi esperado fora das Lameiras pelo mesmo brigadeiro Padrão e por um ajudante do general Ferreira.

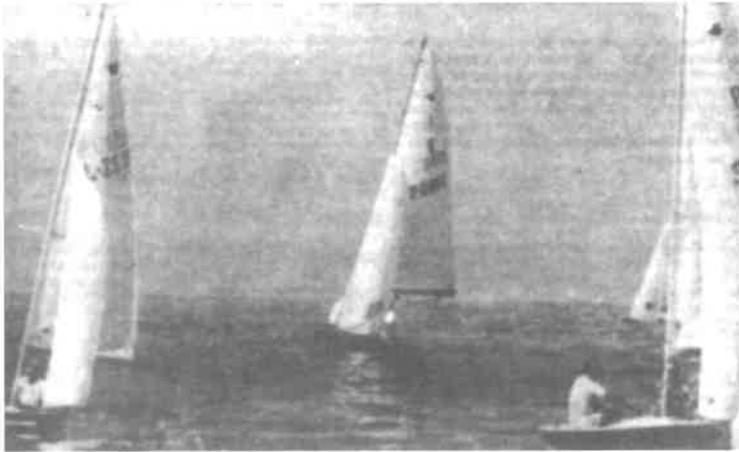
Da recepção constou ainda a Banda de Infantaria 5, que acompanhou este efectivo, de 177 praças, ao Quartel de S. Ovídio. Destinado como estava a deslocar-se ao Norte para embarcar o dito 2.º Batalhão, acabaria este, dois dias volvidos, por ordem do Governo, a seguir para Lisboa, a bordo do vapor "*Lusitânia*", enquanto via telegráfica se participava o facto ao respectivo Ministério. (2)

Apenas em 31 seguinte, na banda da tarde, a "*Estephânia*" levantaria ferro, com o Regimento completo, rumo aos Açores. E não faltou mais um remoque jornalístico: — «Efectivamente o governo sempre resolveu que se empreendesse uma viagem numa quadra tão arriscada» (3). É evidente, quem o escreveu certamente não perfilharia o ideário do Gabinete.

(1) Elaborado por um oficial do *Regimento de Infantaria de Angra*, como ora se designa a Unidade ali patente, há um resumo histórico de vários Corpos Militares que tiveram vida no Castelo de S. João Baptista, onde não constam nem o "8" nem os outros que ali estiveram em iguais condições.

(2) "Comércio do Porto", de 27, 29 e 31 OUT 1860.

(3) "O Bracarense", de NOV 1860.



Os Açores servem à maravilha para provas de vela ou desportos náuticos como estes das classes "Optimist" e "Laser"

Em 6 de Novembro imediato, a *D. Estephânia* fundeava na Baía de Angra, desembarcando pelas 10 horas do outro dia o 1.º Batalhão e a Banda de Música, aquartelando-se no Castelo de S. João Baptista. Nessa noite, levantou ferro, rumo a S. Miguel, ali deixando o 2.º Batalhão onde teria chegado na manhã seguinte – tirada da ordem das noventas milhas (4).

Três dias adiante, o mesmo periódico bracarense comentou: «O vapor “Estephânia” ainda não regressou dos Açores, com o 18 de Infantaria (segundo os boatos que correm), que arribou a Vigo, por causa do mau tempo que tem havido. Pelas notícias açoreanas, sabemos que o Regimento de Infantaria 8 teve uma viagem longa, devido às temeridades do governo empreender um embarque numa quadra arriscada. O segundo batalhão chegou a S. Miguel (aqui ficando para serviço de guarnição), com dez dias de viagem» (5). O leitor já se apercebeu do exagero desta crítica maliciosa.

(4) “O Angrense”, de 8 NOV 1860.

(5) “O Bracarense”, de 20 NOV 1860.

O primeiro acto público do Batalhão em Angra, traduziu-se no dia 11 do citado mês de Novembro, em que as bandas de música do "8" e "18" foram tocar à noite, em frente do Quartel General. Ambas tocaram primorosamente; todavia, achamos que a música do 8 se mostrou superior à do 18, já pela perícia com que cada um dos músicos toca o seu respectivo instrumento – já pela harmonia que aquela banda desenvolve» (6).

«Os nossos inimigos políticos, sequiosos de uma vingança, desenvolveram uma vontade de ferro para nos mandarem para esta boa terra, com o intuito de que era a aldeia de Pai Pires ou uma das mais inferiores povoações da estéril e adusta África, onde nunca penetrou a luz sagrada da religião de Cristo» – assim começa uma carta, publicada em folhetim, em 12 de Dezembro, no semanário de que nos valemos, firmada por um Bracarense, supomos seja um expedicionário, datada de 24 de Novembro. Nessa epístola se realçam as belezas da cidade, salientando «as alinhadas e asseadas ruas, belas praças, um riquíssimo mercado, um teatro nada inferior ao do Ginásio, magníficos passeios dentro e fora, donde se depara sempre com deslumbrantes panoramas, à vista dos quais ainda o homem mais atento não pode deixar de reconhecer uma das melhores obras saídas das mãos do Criador». «Os seus habitantes receberam-nos com os braços abertos, franquearam-nos as suas casas e rivalizaram entre si o que mais obséquios nos havia de dispensar» (7). Em 22 do mês anterior ao da

(6) "O Angrense" de 19 NOV 1860.

(7) Idem, de 12 DEZ 1860. Neste mesmo periódico, do Partido Progressista, órgão do 1.º Conde da Praia da Vitória, o *artífice n.º 1 do movimento liberal terceirense*, se agradece ao *folhetinista*, assim como as expressões bondosas com que nele trata os habitantes desta cidade. Permita-nos, porém, aquele cavalheiro, que expendamos a nossa opinião acerca da vinda do 8 para esta cidade. Discordamos inteiramente da sua: não cremos que a vinda do 8 para aqui seja uma vingança dos seus inimigos políticos, porque sabe-se perfeitamente que a causa da vinda do oito para esta cidade, é a mesma que levou o governo a destacar o 18, assim como diversos corpos, que, há uns poucos de anos, têm sido sucessivamente destacados para a Madeira. A "D. Estephânia" após largar o 2.º Batalhão em Ponta Delgada, voltou à Terceira, onde em 14, trazendo a seu bordo o 1.º Batalhão de Infantaria 18 teve despedida afectuosa.

vinda a lume desta missiva, a banda do “oito” abrilhantou a inauguração do Teatro Angrense (8).

No primeiro semestre do ano imediato, o “8” lutava com manifesta falta de efectivos, incapaz de satisfazer o serviço de guardião. Não havia tropa na Ilha. O 1.º batalhão de Braga estava reduzido a 21 praças! A guarda do cofre, a cadeia, o paço da Justiça, etc. suportaram a falta de vigilância necessária. Cabos de polícia, até, eram usados à noite para coadjuvar dois soldados para vigiarem pela segurança dos presos de importância...» (9). A este propósito Portugal Ribeiro, no estilo duro que lhe era habitual, sugere a organização de um “corpo de segurança público” e desanca no chefe do distrito por obrigar os *cabos de polícia* a cometer serviços que lhes não eram atribuídos.

Nos grandiosos festejos do 33.º aniversário do *22 de Junho*, o corpo musical do “8”, ao romper da aurora e, depois de haver tocado à porta da residência do exmº Barão de Bastos (10), percorreu as ruas da cidade, tocando diversos hinos, subindo ao ar por essa ocasião muitas girândolas de foguetes; à noite, outra vez a banda regimental, «depois de ter tocado em frente da residência do general comandante desta divisão militar, e casa da Câmara», executou parte do seu reportório pelas ruas de Angra, enquanto no alto dos céus estralejaram inúmeros foguetes. No teatro, houve concorrência extraordinária, marcando presença os *leaders* da terra. A pedido, a banda executou o *Hino da Carta* (11).

(8) “Memória Histórica / da Edificação / dos Paços do Concelho / de Angra do Heroísmo”, 183, 3.ª ed., do autor.

(9) “O Angrense”, de 2 MAI 1861. – Na festa do Espírito Santo, levada a efeito este ano, a Misericórdia de Angra, «deixou de dar dentro da sua igreja as esmolas do costume, estendendo, em sábado de Pentecostes as suas mesas em toda a rua Direita, que se achava lindamente adornada, e onde a música do Regimento 8 tocou várias peças, assistindo a este acto o exmº Bispo».

(10) Barão de Bastos, general, comandante da 10.ª Divisão Militar, ali sediada. Dez anos atrás, o seu Arquivista era Joaquim Manuel Fernandes Braga, Bracarense, nado na rua da Cónega, pai do Dr. Teófilo Braga.

(11) “O Angrense”, de 1 JUN 1961. Os elementos alusivos a Angra do Heroísmo devotos à amabilidade do meu particular Amigo, Exmº Senhor Valdemar Mota, pelo que lhe consigno aqui o muito obrigado.

DOIS NOTÁVEIS CHEFES DE BANDA

Quase no final as *memórias* das mais ilustres e gratas do *Castelo de S. João Baptista* de Angra, onde servimos no transcurso de decénios, traçamos os perfis de dois chefes de banda regimental quando esta ali existiu:



Manuel Augusto Gaspar, nasceu naquela cidade em 25 de Março de 1843. Notável músico militar, ainda muito jovem, foi mestre da banda de Caçadores 10. Da de Angra transitou para a de Infantaria 5, passando a dirigir em 1878 a banda da *Guarda Municipal de Lisboa* – agora denominada *banda da Guarda Nacional Republicana*.

Se aquela banda sempre foi muito considerada desde a sua criação, sua fama aumentou sob a batuta do maestro Gaspar, que dela fez a mais importante do país e uma das mais famosas da Península.

Em 1892 concorreu a um certame de bandas militares em Badajoz, em que mais seis congéneres participavam: a de Infantaria da rainha, de Lisboa e cinco espanholas. A Banda da Guarda executou, em admirável recorte, segundo unânime parecer da

Imprensa da nação vizinha, a abertura da ópera *Rienzi de Wagner*. Igual sucedeu com a abertura *Cleópatra de Mancinelli*, partitura superior. O júri, todavia, conferiu o primeiro prémio à banda do Regimento de Engenharia de Madrid. O segundo lugar foi atribuído à banda da Guarda de Lisboa. Gaspar recusou alegando a injustiça da decisão. E, ao fazê-lo, apontou diversos erros da banda premiada na execução de Cleópatra. E ninguém refutou.

Como reflexo dessa atitude digna e própria, a primeira vez que, depois do regresso de Badajoz, realizou concerto em Lisboa, o consagrado maestro angrense ouviu uma das mais entusiásticas ovações de que há memória. Era a homenagem do povo a quem tão alto se guindara na terra estrangeira.

Gaspar era óptimo trompetista. Tentou a composição, mas sem assinalado êxito.

Agraciado com os hábitos de Santiago e Kalakana.

Morreu na capital, aos 13 de Abril de 1901.



António Piedade Vaz, na patente de capitão reformado, nasceu em Bragança, a 1 de Outubro de 1884, e faleceu em Angra do Heroísmo, onde constituiu família, em 27 de Julho de 1972, contando, portanto, 87 anos de idade.

No dia em que perfez oitenta e quatro anos, a Câmara Municipal nomeou-o Cidadão Honorário de Angra, em homenagem ao património musical por ele criado. Os órgãos de comunicação social renderam-se também ao mérito, desde a Imprensa – em que inserimos em “A União” extenso artigo – à Televisão, passando pela Rádio, todos assinalando a herança cultural que nos legou, no todo de cinquenta partituras, de belo efeito e harmonia, algumas delas marchas militares das mais lindas que se ouvem.

Foi educado pelos Salesianos.

Regeu em França a Banda do Corpo Expedicionário Português.

Recebeu o diploma de grão-mestre das Ordens Portuguesas.

Após o regresso da França, em 1919, fixou-se em Angra, como Chefe da Banda do Castelo.

“*Cavaleiro do Rei*”, uma das suas peças mais famosas, é reportório de diversas Bandas mormente militares, e não só, a qual o Chefe da Guarda Nacional Republicana, Major Ilídio Fernandes, gravou já em cassette, como a “*Marcha das Trompetes*” .

De igual tratamento eram dignas outras composições suas, tais como “*Prelúdios*”, “*Hirta*”, “*Arabescos*”, “*Antonieta*”, “*Suspiro*”, “*Serrana*”, “*Campónia*” e “*Rústica*”.



TRÊS VARÕES (figuras nacionais) que ANGRA esqueceu...

Falaremos agora dos Varões, nados no Castelo do Monte Brasil, três figuras nacionais que Angra esqueceu... O primeiro dedicou-se à vida militar, assumindo a Pasta da Guerra; o segundo, consagrou-se à arte de paleta, tornando-se artista distinto; houve até quem lhe chamasse "*Murillo Açoriano*"; e o terceiro seguiu a carreira de seu pai e nos tempos disponíveis consagrando-se aos textos históricos que lhe deram fama e à importância política que o guindaram à celebridade.

1.º

Alguns dos que vieram ao mundo no Castelo de S. João Baptista, por motivo do seu talento e cultura, ganharam lugar na História. Três, pelo menos, conhecemos com posição a nível social, além de outros.

Francisco Maria da Cunha, nascido em 2 de Dezembro de 1832, filho do general de divisão Francisco Jacques da Cunha. Depois de cursar o Colégio Militar e a Escola Politécnica do Exército, assentou praça aos dezassete anos e em 11 de Outubro de 1865 era Alferes.

Atingiu o posto de general de divisão a 10 de Janeiro de 1895.

Dedicando-se à política, filiou-se no partido Progressista,

sendo deputado, pela primeira vez, por Elvas, em 1863. Por outros círculos em 1865, 1870, 1871 e 1872.

Desempenhou vários lugares: subchefe da 4.^a Repartição da Secretaria de Guerra, ajudante de campo de Ferreira Pereira de Melo, chefe de Repartição da direcção geral da dita secretaria, idem, idem da 2.^a Repartição da Direcção Geral de Artilharia, presidente incumbido de codificar a legislação militar. Comandante do Batalhão de Macau, onde, em 1869, acumulou com a de director das Obras Públicas, Governador Geral de Moçambique, com início em 1878. Neste último cargo recebeu diferentes portarias de louvor, como igualmente foi citado pelo governo inglês pela diligência manifestada na perseguição de tráfico da escravatura. Conseguiu debelar prontamente uma revolta na Zambézia. Durante o seu governo tomou posse definitiva de Uhaca, e fundou-se a Escola de Ofícios, que breve era frequentada por mais de cem alunos.

Volvido a Lisboa, é eleito par do reino, em Fevereiro de 1881.

No ano imediato, director do Colégio Militar. Em fins de 1890, Governador Geral da Índia. Em 1894, comandante da 1.^a região militar.

Leal ao partido, indigitado para ministro, sempre recusando, até que em 1897 aceitou convite do conselheiro José Luciano de Castro, para sobraçar a pasta da Guerra.

Desejando conhecer o sítio onde nasceu, visitou Angra em 27 de Abril de 1899. Enviado extraordinário do governo ao Brasil em 1900, representando Portugal, nas festas do 4.^o centenário do seu descobrimento. Dois anos adiante, nomeado chefe da Casa Militar do rei D. Carlos, o seu primeiro ajudante de campo. Ainda exerceu os cargos de director da Escola do Exército, etc.....

Possuía várias mercês honoríficas, nacionais e estrangeiras. Faleceu a 13 de Janeiro de 1909.

José Maria de Sousa Pinto, era filho do dr. Lino António de Sousa Pinto, médico cirurgião, e da Unidade ali aquartelada, natural de Valongo, e de sua mulher, D. Ana de Sousa Loureiro, oriunda da freguesia da Sé do Porto.

Nasceu a 15 de Setembro de 1856.

Baptizado na Catedral de Angra em 28 seguinte. Parainfaram: Emílio Alves de Sousa Pinto, irmão do neófito, e Luísa Rita de Sousa, representada por Bento José de Sousa Matos Abreu, comerciante na capital Terceirense e natural de Amares.

O facto de haver pinturas suas com motivos açorianos habilita a supôr que aqui voltou, depois de em tenra idade ter ido para o Continente.

Aluno na Academia Portuense das Belas Artes, foi discípulo brilhante de Tadeu de Almeida Furtado, João António Correia e Soares dos Reis.

Em Paris, para onde seguiu em 1880, foi pensionista do Estado. Obteve em França grandes êxitos (*hors concours* desde 1889 e membro do júri desde 1900 nos *Salons* de Paris).

A sua vida quase decorreu toda na Paris de Victor Hugo, com frequentes estadas em Portugal, nos anos de 1916 e 1929. Pintor da escola naturalista francesa, «foi um paisagista sensível, apaixonado pela Bretanha», quando não tratava os temas rústicos do Minho e cuja influência se fez sentir entre nós nos fins do século XIX (1).

Expôs diversos dos seus trabalhos em 1929 em Lisboa, alcançando pleno sucesso. O Grémio dos Açores, ou Casa dos Açores, assinalando o acontecimento, promoveu em 14 de De-

(1) Flórido de Vasconcelos, em *Dicionário da Pintura Universal*.

zembro do aludido ano, na Sede, uma homenagem ao conterrâneo ilustre, concebida por um serão artístico, dirigido pelo maestro Francisco Lacerda, de S. Jorge.

«Pintor dos mais distintos do seu tempo, obteve durante o seu curso três prémios pecuniários. O seu primeiro trabalho conseguiu elogios às referências de toda a imprensa parisiense, quando na exposição do Salon. Os seus quadros pessoais são assuntos açorianos: A volta do barco, barco perdido e as calças rotas. Na grande exposição universal de 1889 obteve medalha de honra: os seus trabalhos figuram os Museus de Monte Carlo, no Museu de Lisboa, no Museu de Amiens, no Museu de Nice, de Melburge, na Austrália, do Rio de Janeiro, do Luxemburgo, etc. (2), e no Museu de Angra, sua cidade natal, acrescentamos nós. Morreu em Paris em 1939. Uma das mais notáveis artistas do seu tempo.

Já houve quem lhe chamasse o "Murillo Açoriano".

3.º

António Maria Campos Júnior. Nasceu a 13 de Abril de 1840 e baptizado na Sé em 6 de Maio seguinte. Seu pai, António Maria de Campos, não logramos a sua patente, era natural dos Anjos, Lisboa. Sua mãe, D. Rosália Augusta, de Vilarinho de Parinheiros, Chaves, contava dezassete anos o nosso biografado. Apadrinharam-no Manuel Marques dos Santos e D. Teresa Clara de Almeida, natural da Sé.

Mais dois irmãos e Evangélica também ali vieram ao mundo.

Ainda teria quatro anos quando para o Continente abalou. Quem não conhece a série "Romances Históricos", em estilo popular, saídos da sua pena mágica, solto e fácil, mormente

(2) Gervásio de Lima, "Pátria Açoriana".

Guerreiro e Monge, Marquês de Pombal, Luís de Camões, A Filha do Polaco, Visão de Jesus, A Ala dos Namorados, Raíinha Madrasta, Os Últimos Amores de Napoleão, Inês de Castro, A Senhora Infanta, Santa Pátria e Pagem da Duquesa?

Tal como o progenitor, abraçou a carreira das armas. Prestou os primeiros serviços militares na cidade de Liz, onde exerceu as funções das Escolas Regimentais, ao mesmo tempo que escreveu peças de teatro e se destacou como colaborador da revista de Leiria transferido para Lisboa, aposentou-se em 1899, como capitão, para se consagrar às letras e à política.

Enquanto Fontes Pereira de Melo viveu, militou nas fileiras regeneradas, transitando a seguir para a quarta de dinástica de Barjona de Freitas.

«*O Século*», «*Diário de Notícias*» e «*Revolução de Setembro*» guardam originais seus. A propósito do *Ultimatum*, escreveu *Torpeza*, obtendo clamoroso êxito no *Teatro da Alegria*, outro tanto sucedendo nos palcos brasileiros, agora com título «*A História*», porque a Polícia lhe proibiu o anterior.

«*A Consciência*», drama em quatro actos, manteve-se dois anos consecutivos no «*Príncipe Real*». As comédias em três actos, «*A Filha do Regedor*», «*A Filha do Major*» e «*Nariz de Cera*», representadas no *Ginásio*, são também trabalhos de sua lavra. De parceria com Melo Barreto, escreveu ainda para o teatro a opereta «*Em Pé de Guerra*».

Agraciado com os graus de *Cavaleiro da Ordem de Cristo* e de *Oficial de Santiago*, além das medalhas de *Mérito Militar de Espanha* e de *Comportamento Exemplar*.

O seu nome granjeou larga popularidade no Brasil.

Faleceu na Marinha Grande, em 18 de Setembro de 1917.

LEMBRANDO...

Os textos que se seguem constam já da nossa obra "As 18 Paróquias de Angra", editada em 1974, pela Câmara Municipal deste concelho, presidida então pelo Dr. Francisco Moniz de Oliveira; mas como esta há muito está esgotada, repetimos então aqui os números ali inseridos, facultando, assim, ao leitor actual o seu conhecimento.

ERMIDA DE S. JOÃO BAPTISTA

Em Alvará de 1 de Abril de 1643, feito em Lisboa por Manuel de Couto e por Jacinto Fagundes Bezerra mandado escrever, houve D. João IV por bem fosse no *Castelo* do Monte Brasil edificada uma Ermida da invocação de S. João Baptista, a qual devia estar ultimada até o fim do ano. Empreendimento de dimensão bem modesta, por sinal.

Sobre a concretização deste régio despacho, nada de preciso alcançámos. A primeira referência que situámos reporta-se ao tempo do quinto governador do Castelo ⁽¹⁾. Apresentava-se a igreja «com poucas fiadas, fora os alicerces», ao que parece por negligência dos anteriores mandatários, em Agosto de 1656. E como nesta ocasião o conde camareiro-mor ⁽²⁾ visitasse a Ilha,

⁽¹⁾ Fidalgo da Casa de Sua Majestade. Tinha sido almirante da armada real que em 1642 foi em socorro da França. Realizou sete viagens à Índia, as três últimas como capitão-mor. Quase 80 anos de idade contava quando, em 6 de Julho de 1656, assumiu as funções de governador. Diz Félix José da Costa que João de Sequeira Varejão teve «desaire no seu crédito por procurar interesses não lícitos, sem maior escrúpulo de consciência, pois quis que lhe contribuissem com a propina de 400 rs. por cada pipa de vinho, que se vendia no Castelo, e as orelhas e pés dos porcos que se cortavam no quartel dos soldados; o que os Castelhanos tinham pago, porque nesse tempo estavam isentos da contribuição e imposição municipal. Também fez pagar uma pataca por todos os navios que saíam do porto de Angra, a título de emolumentos do passaporte que em seu nome mandava passar, para o que solicitou autorização superior; e um vintém por cada um dos barcos pequenos e caravelas que costumavam navegar entre as ilhas, pela licença de poderem sair sem ofensa das fortalezas, e a título de ser este emolumento para azeite da lâmpada de Santo António, o que foi ficando sucessivamente em prática». Quando do falecimento de D. João IV, em 1656, promoveu este governador no Castelo, certamente na anterior igreja de *Santa Catarina de Sena*, exéquias «que em nada foram inferiores às da Sé», pregando o jesuíta padre Manuel de Lima, regressado da Índia. A aclamação de Afonso VI também no Castelo assinalada ficou por sucessivas salvas de artilharia. Sequeira Varejão abriu as prisões, pondo os reclusos em liberdade, assim exprimindo seu regozijo, quando em 19 de Agosto de 1660 deixou o cargo, por ter chegado o sucessor.

⁽²⁾ Desta função estaria investido o Conde de Miranda.

viajando na armada real, João de Sequeira Varejão o ensejo aproveitou para lhe mostrar a indecência em que estava o *Santíssimo Sacramento* em uma ermida incapaz por ser de *trouxa ençostada* a uma muralha, rogando-lhe intercedesse junto do soberano no sentido de ocorrer a «uma obra, tanto do serviço de Deus, como de honra da Praça». O mesmo governador, espírito dinâmico a despeito da avançada idade, em 28 de Maio seguinte, igual a Sua Majestade directamente representou. A resposta positiva não demorou, se atendermos às precárias ligações da época. Em carta de 24 de Setembro de 1657, D. Afonso VI – longe de prever o exílio que o futuro lhe reservava –, agradeceu a Varejão («*o que tendes obrado no dito Castelo e ermida nova*») e determinou «*que a tudo se acuda como convém, e que se assista com 50\$000 rs. cada mês*». Retomados os trabalhos, em ritmo activo, o templo ganhou vulto, como se deduz desta ordem do Cabido de 26 de Abril de 1658:

«Nós deão e cabido da Santa Sé do Salvador da cidade de Angra, sede vacante, pela presente avemos por bem e cometemos nossas vezes ao Rev.do Cónigo João Correa d'Ávila nosso irmão para que possa benzer a igreja nova que se funda no Castelo S. João Baptista desta dita cidade e guardasse em tudo a forma que o Ritual romano para isso ordena e fosse assistido pelo mestre de cerimónias, não tendo em prejuizo o direito paroquial».

Embora quinze anos tivessem decorrido desde o alvará de D. João IV, que limitava até o fim de 1643 a erecção da ermida, o acto da bênção acabado de recordar parece ter sido prematuro e talvez haja resultado de qualquer circunstância especial que não descortinamos. Os sete meses que medeiam entre a carta de Afonso VI e a cerimónia religiosa afiguram-se sobremodo insuficientes para ultimar a construção. Quiçá o vivo interesse do rei cognominado *vitorioso* e o natural propósito de lhe agradar o acontecimento tenham precipitado. Seja como for, a verdade é que a edificação estava mui distante do seu remate.

Outra vez o empenho de Afonso VI se manifesta. Di-lo a carta de 26 de Junho de 1659 ao dito governador Varejão, manifestando o seu agrado pelo bom ritmo da obra da igreja que *se vai fazendo por a velha ser muito indecente* (1). Deste modo se verifica que os trabalhos prosseguiram até de novo voltarem a ponto morto em 31 de Dezembro de 1663 (2). Nesta época – segundo documentos irrefutáveis e trazidos a público pelo tenente-coronel Manuel de Sousa Meneses (3) –, ainda o templo se limitava apenas à *sacristia* e *capela-mor* que funcionavam como capela e corpo da igreja, respectivamente.

Os anos rolaram e a obra se quedou. Depois de Francisco de Ornelas cessou a dotação mensal de cinquenta mil réis. O governador Manuel de Magalhães Cerqueira, em carta de 27 de Julho de 1695, expõe o facto como um *defeito desta praça de V. Majestade que sendo de tanta grandeza e nome se nota não ter' casa de Deus* Até porque «dentro das portas do presídio havia 140 e tantos moradores com suas famílias e pelos anos em diante serão trezentos».

Com eloquência o governador advogou a conclusão da igreja. Logo, em 1 de Setembro, D. Pedro II a exposição remeteu ao Conselho de Fazenda para informar. E mais dois anos se gastaram para o Provedor da Junta Real da Fazenda de Angra confirmar a descrição de Magalhães Cerqueira, alegando contudo estar o trabalho suspenso por carência de verba da Alfândega e não por incúria dos governadores – ao extremo de se *dever dez mil cruzados aos soldados de soldos vencidos*.

(1) O interesse do soberano igualmente se estendia a beneficiação em curso na Fortaleza, mandando até que, para seu breve acabamento, «se comprem carros e bois para acarretar tódo o necessário para as duas obras».

(2) Era governador Francisco de Ornelas. – Nesta segunda fase dos trabalhos, ou seja desde 01MAI1658 a 31DEZ1663, a despesa montou a 2.879\$086 réis.

(3) Dos vários escritos a lume aparecidos sobre a história deste templo, avulta o do dr. Sousa Meneses, investigador erudito, pela nova luz que oferece, graças a documentos militares inéditos ao seu alcance. O valioso estudo, do qual parcialmente nos socorreremos, consta da revista "*Atlântida*", vol. II, n.º 3 – 1958.

Mas não há dúvida que a carta do governador surtiu efeito, embora com a morosidade habitual. O Marquês de Alegrete, por despacho de 22 de Setembro de 1702, mandava depor *em depósito o dinheiro consignado para a obra da Igreja do Castelo*, atento que a dotação mensal não resultava, «e quanto que ouver quantia bastante para se fazer a dita obra a podeis empregar e dareis conta no Conselho da Fazenda do menor lansso».

Dezoito anos depois deste mandato ao vedor da Fazenda de Sua Majestade, depara-se com o auto da bênção do templo:

«*Em. 23 de Março de 1720 se benzeu a Igreja do Castelo Sam João Bautista pelo Revmo. Deam Francisco da Fonseca Carvão a que assistio de serimonias o Pe. Bras Dias Rosa em um sabado vespera de Domingo de Ramos, em que ouve missa cantada e se selebraram na semana Santa os officios divinos; e por lembrança fiz este assento Francisco Avars da Silva, escrivam da matricula*».

Quatro anos antes da bênção, segundo referência achada, a obra ainda estaria sobremodo atrasada, justificando a deslocação em 1716 a Lisboa do capelão-mor do Castelo Manuel Gomes da Costa (1) – «em serviço de Elrey Nosso Senhor que Deus Guarde e do Santíssimo Sacramento pois o fim so he dirigido a que se fassa a sua casa como Suas Magestades tem mandado e sede o necessario para o culto divino que tam falta está de tudo.»

Ainda outra referência credora de menção e constante do livro de registos do Governo do Castelo:

«Em 29 de Dezembro de 1717 *se assentou a pr.^a pedra na Igreja do Castelo de Sam Joam Baupt.^a em huma quartafeira*».

Depois do que se acaba de ler, que ilação extrair? Presume o dr. Sousa Meneses tratar-se da «grande pedra, majestosa, bem trabalhada, apresentando as armas reais, que se encontra na frente

(1) A igreja dispunha de dois capelães militares, sendo *mor* um deles. Entre Manuel Luís Maldonado e este Gomes da Costa, chefiou a Capelania o padre Miguel de Castro, que antes fora Cura da Sé e faleceu em 15SET1692 (Livro n.º 2, fls. 13 – S. Pedro).

do edifício ali colocada a firmar o património real da construção».

Entre 1643 e 1720 transcorreram 77 anos e a igreja de agora em nada se poderia assemelhar à modesta ermida mandada erguer por D. João IV.

Uma dúvida ainda se nos suscita, sobre o lápis que riscou e concebeu esta igreja. Português ou Castelhana?

Na exposição ao rei do governador Magalhães Cerqueira sobressai uma passagem que fere a atenção: – «no tempo do Presídio Castelhana se deu principio à Igreja delle com tal empenho que acabada a obra com a perfeição devida ficaria sendo o mais sumptuoso templo de todas estas ilhas na grandeza e forma do seu artificio, para cuja continuação consta que no ano de 1657 mandou Vossa Majestade a provisão inclusa ao Governador Joam da Sequeira Varejão para que continuasse a obra desta igreja».

Afonso VI não teria sido esclarecido deste detalhe?

A dúvida subsiste.

Fosse como fosse. A verdade patenteia-se, afirma-se, ainda aos olhos se oferece e assim o médico Sousa Meneses a refere:

«Aquele traçado tem características próprias e olhando aquele alçado, o dispositivo daquelas duas torres, vem-nos logo à comparação uma formal analogia com outras tantas Igrejas levantadas pelos espanhóis no seu vasto império das Índias Ocidentais. Tem a mesma inspiração, a mesma imposição de grandeza, o mesmo tipo arquitectónico e é natural aceitar que começada pelos castelhanos e com planta por eles riscada tivesse a traça característica das que a Espanha implantava pelas longínquas regiões dos seus vastos dominios».

Em 27 (1) de Setembro de 1818, um grande incêndio reduziu-a só às paredes.

(1) Drumond indica haver sido no dia 28 (*Anais*, III, 113), mas o dr. Francisco Jerónimo da Silva, nesta mesma página do exemplar que foi seu, agora no Arquivo Distrital, anota: – «O fogo teve lugar em 27, e não em 28 de Setembro, porque naquele dia é que foi domingo (o primeiro depois de S. Mateus, em que sempre teve lugar a romaria de S. Carlos». E o insigne académico adita ainda: – «O Cónego José Ribeiro de Carvalho, homem muito miudo e exacto,

Novos esforços se desenvolveram para a sua reedificação. Debalde as provisões que o general Araújo nesse sentido firmou. Os decénios rolaram com a igreja em ruínas.

O brigadeiro Cáceres, Governador da Fortaleza, rogou ao Poder Central o aumento da verba destinada às obras militares da 10.^a Divisão, a fim de, com esse reforço anual, lograr a restauração e reintegração *da elegante e abandonada igreja*, até ao seu completamento. O capitão de engenheiros Francisco Maria Montano, por mandado do dito Governador, estimou os trabalhos a realizar no montante de 5.870\$000 insulanos (1). E, três meses adiante, na sessão das Côrtes de 3 de Junho, o deputado José Silvestre Ribeiro fez-se eco da mesma pretensão, considerando esta igreja *monumento nacional* (2). Afirmou o orador em dada passagem: – «Ora os estrangeiros que visitam aquele Castelo muitíssimo célebre, realmente não-de ver com desdem o descuido do governo português, enquanto a um templo verdadeiramente nacional». Nesta data a população da Fortaleza, guarnição e moradores, era quase de duas mil pessoas (3).

Dez anos depois, a 1 de Dezembro de 1867, reabriu ao culto, com festiva solenidade, para em 1892 de novo ser fechada. E desde então até agora assim tem permanecido (4). História dramática, em suma, desta Igreja.

em uma carta que eu vi escrita no dia 28 de Setembro desse ano (1818) a José Acúrcio das Neves diz assim: – «*Ontem depois das duas horas da tarde, appareceu a igreja do Castelo incendiada, e com tal vigor que nem o Santíssimo Sacramento se pode salvar; e o mais notável é que dentro da praça se deu pelo fogo ao mesmo tempo que de fora se viram as chamas pelo telhado. Tivemos grande susto porque o vento era de nascente, e muito forte, e nem a casa da pólvora nem o Laboratório estavam longe, antes o Laboratório estava perto, e nele dizem que existem mais de 80 arrobas de pólvora encaixotada*».

(1) Trinta e nove anos tinham decorrido após o sinistro – “*O Católico Terceirense*”, n.º 5, de 11MAR1857.

(2) O Castelo e a Igreja são considerados monumentos nacionais, pelo decreto n.º 32 973, de 18AGO1943.

(3) “*O Insulano*”, n.º 19, de 25JUL1857.

(4) O refeitório das praças da guarnição ali funcionou, durante largos anos, até à inauguração do actual.

Maldonado, na sua *Fénix*, ms. dos fins do século XVII, diz: – «A Confraria do Santíssimo Sacramento da igreja do Castelo tem 120 mil réis de ordenado em cada ano pagos na Alfândega de Angra que são para as festividades da dita igreja nas Endoenças e exercícios de sexta-feira Santa e solenidades do Santíssimo Sacramento, o qual ordenado se paga em virtude do capítulo 54.º do Regimento do Castelo, que é o seguinte: – *Que o Procurador mandará prover de ornamentos e mais coisas necessárias à dita igreja do Castelo e na festa do Santíssimo Sacramento que na dita se celebra todos os anos se gastarão os mesmos 120 mil réis destinados a este fim*». Bernardino Sena de Freitas informa que os Reis davam 24 canadas de azeite doce para a lâmpada do Santíssimo e 48 canadas de vinho para as missas (¹).

Sob a capela-mor situava-se uma espécie de cripta, onde se depositavam os restos mortais dos governadores e oficiais da fortaleza (²).

Nos fins do último século outra vez pouco abonatório se evidenciaria, como se deduz da notícia de que lhe «continuava a cair o estuque» ("*A União*", de 23JUL1896).

Nos anos de 1898 e 1899, os filhos das famílias residentes na Fortaleza festejaram o *Espírito Santo*, com a *Coroa* da antiga capela e que vieram buscar à Catedral onde estava depositada. Houve distribuição de pão e carne com arraial noturno ("*A União*", de 20MAI1898 e 19MAI1899). Na Sé nada achámos à respeito do emblema.

Ainda um lustro mais tarde festividade idêntica refere o mesmo vespertino (04JUN1904).

O padre Júlio Pereira Martins, espírito dinâmico e empreendedor, quando capelão do B.I.I.17, em persistente e

(¹) "*O Católico Terceirense*", n.º 5, já citado.

(²) Nem só os militares aqui se enterravam. D. Isabel de Castro Borges Leal, falecida a 02JUN1825, filha de José Borges Leal e de D. Rosa Clara, por exemplo, foi sepultada nesta igreja (Livro 14/15, fls. 153 – Óbitos – Sé).

operante acção, apoiado pelos conhecimentos e relações do dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, conseguiu dos Monumentos Nacionais um subsídio da ordem dos quatrocentos mil escudos para reparação do templo ⁽¹⁾ e reaver as antigas imagens de *Santa Catarina*, de *S. João Baptista* e de *Santa Bárbara* que se encontravam nas igrejas de Doze Ribeiras e da Serreta, e arrecadação da capela do Hospital da Misericórdia da Praia da Vitória, respectivamente – e tinham sido vendidas em hasta pública no período eufórico da República ⁽²⁾.

O turbúlo e a naveta, de prata, peças valiosas, que nesta igreja outrora serviram, arrematados na mesma ocasião foram por António Borges Teixeira, o *morgadinho*, e, por si, depois oferecidos à igreja de N. S. da *Penha*, Posto Santo. Por diligência do referido sacerdote, e em permuta de outras mais modestas, o padre daquele Curato as ditas alfaias cedeu, ora depositadas no Museu de Angra.

O Relógio

Enviado pelo Governo, o relógio da igreja do *Castelo* foi recebido em 1879, com o respectivo sino. Do Continente o transportou o paquete *Açor*, que na baía de Angra ancorou a 10 de Março daquele ano ⁽³⁾. Três meses volvidos, mantinha-se encaixotado, não só por a sua montagem exigir algumas obras de adaptação – para o que faltava verba –, como ainda, no entender «do major encarregado da secção de engenharia desta ilha», faltar artista hábil para o fazer, alegação que um periódico local refutou ⁽⁴⁾.

⁽¹⁾ O velho templo, decrépito, uma ruína, limitava-se às *ossadas* das paredes. Até o tecto se tornou mister substituir. Graças a esse arranjo, mas longe do preconizado, a título precário nele se vêm realizando os officios religiosos da Unidade.

⁽²⁾ O prelado diocesano patrocinou a iniciativa.

⁽³⁾ "*A Terceira*", de 15MAR1879, diz tratar-se de uma peça magnifica.

⁽⁴⁾ Idem de 07JUN1879.

Dezassete anos adiante, achamos notícia de que estava *sendo consertado*, assim se presumindo que já tivesse sofrido avaria (¹).

Mas antes outro existiu, que o fogo de 1818 teria destruído, como se conclui da descrição de Rodrigues da Costa: – «Duas torres ladeiam a fachada principal, onde se mostra o escudo das armas portuguesas, e o *lugar outrora* ocupado pelo relógio (o sublinhado é nosso): uma única porta dá acesso ao templo, que é interiormente amplo, modesto e alegre nas suas três naves» (²), pelo que se conclui serem as entradas laterais de data posterior.

(¹) "A União", de 24FEV1896.

(²) "Almanaque Insulano" para 1874 – 144.

ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA BOA NOVA

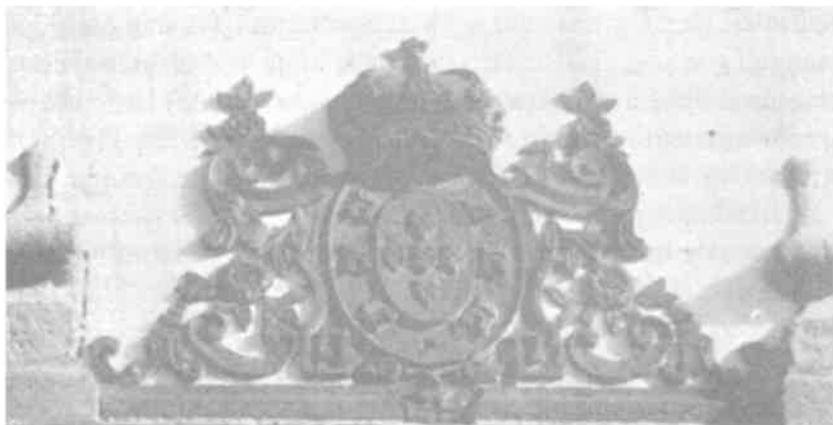
Embora antigos e conceituados historiadores refiram o ano de 1584 como o da fundação desta ermida pelos espanhóis, estamos em crer incorreram em lapso. Se, assim fosse, Linschoten tê-la-ia assinalado na sua carta, elaborada em 1589 e publicada seis anos depois.

A data exacta, pois, da sua erecção, com Nossa Senhora *Del Tercio* por titular, seria outra e não a indicada acima. Desde sempre anexa ao Castelo principal, outrora o segundo capelão da praça, incumbido do seu espiritual, residia no aposento contíguo da banda oeste.

A 14 de Fevereiro de 1642, surgindo desfraldada na fortaleza a bandeira branca, sinal da rendição castelhana, o grito jubiloso da *Boa Nova* ali, naquele sítio, pleno de vibração e ansiedade *explodiu*, repercutindo-se, dilatando-se por toda a ilha, fora dela, até Espanha, ao mundo todo. E o histórico acontecimento perpetuando, a formosa ermida mudou o seu Orago para Nossa Senhora *da Boa Nova*. Anota Sampaio ter sido «neste templo que se celebraram os tratados da capitulação castelhana, pelo que D. João IV elevou e ermida a capela real» (1).

Maldonado, na *Fénix*, escreve: – «Nossa Senhora da Boa Nova onde existe o Hospital real em que se curam os soldados do Presídio do Castelo de S. João Baptista comunicando com a

(1) Sobre a modesta porta de entrada, ainda existe o timbre das armas reais daquela época.



Armas Reais por cima da entrada da ermida



Emblema do Mestrado de Cristo que se vê sobre o portão do antigo Hospital da Boa Nova.

sala da Enfermaria em que se diz missa todos os domingos e dias santos, que paga El-Rei da Contribuição do dinheiro do mesmo Hospital. E esta ermida a mais frequentada de todas as da cidade pelo lugar em que existe que é ao pé do Castelo, e por isso da protecção real. Concorreram para ela os moradores de Angra com esmolas que consta importarem até ao ano de mil e setecentos a melhora de três mil cruzados com os quais se fizeram todas as obras dela e adro que é espaçoso com aquela perfeição que nela se mostra, na opinião de todos a melhor das ilhas, sem que para isso custasse a Majestade com coisa alguma. Começou a devoção do terço nela no ano de 1653, e foi a igreja primeira em que principiou» (1).

Templo de medidas diminutas, só um altar com a imagem da Virgem e um pequeno coro alto (2). Uma rica Confraria do *Sacramento* aqui existia, cujos rendimentos passaram à *Ordem de Cristo*, após a Restauração (3). Nas *contas da Sé*, vindas a público (4), consta que nos anos 1813/15 se despendeu mais de um conto de réis com obras de beneficiação da ermida.

(1) Nesta capela, com efeito, começou na ilha Terceira a devoção do *terço*, ensinado pelo famoso padre António Vieira, da C.J., quando vindo do Maranhão. – Drumond, a propósito relata: – «Conta-se que achando-se este padre na ermida da Boa Nova, e um grande concurso de povo ao terço de Nossa Senhora, que ele ensinou, pela primeira vez, se lhe cantasse, certo mancobo travara no adro algumas razões descompostas com um presbítero do hábito de S. Pedro, e fugindo aquele para dentro da Ermida, lá mesmo, junto do altar, cruelmente o foi o mau clérigo atravessar com uma faca, de forma que logo faleceu» (*Anais*, II, 127). O homicídio registou-se, sim, mas três anos adiante, como reza no termo de óbito: – «Em os quinze dias do mês de Janeiro de mil seiscentos cinquenta e seis anos faleceu Manuel Fernandes estudante de uma facada que se lhe deu dentro da Ermida de N. S. da Boa Nova, da qual logo morreu, e acabou na sacristia da mesma Ermida...» (Sé, Livro 5, fls. 142). Parece não suscitar dúvidas tratar-se do mesmo caso. Até porque em 1653 nada de semelhante controlamos. E dois assassínios, à facada, na mesma ermida, afigura-se improvável. Drumond deve ter recolhido a notícia por tradição oral, equivocando-se no tempo. De admitir, contudo, nesse ano rezar-se ali o *terço*, mas sem a presença do eminente orador.

(2) Épocas houve com mais imagens. O dr. Sousa Meneses, aludindo ao leilão de 1931, fala em *Santos*.

(3) Este facto, citado por Sampaio (*Memórias*, 241), e o do emblema que se mantém sobre o portão do *Hospital*, talvez sejam indício do *Mestrado de Cristo* ter patrocinado a Instituição.

(4) "*O Católico*", de 32DEZ1857.

Entre os velhos papéis da Junta Real da Fazenda, conta-se um despacho do deão José Maria Bettencourt, datado de 9 de Fevereiro de 1822. Pronunciando-se sobre uma representação de José Martins Borges, capelão do Castelo, julga acertado se ponha o *Santíssimo Sacramento*, na ermida da Boa Nova, com «suficiente capacidade», para tanto. Adita o mesmo dignitário que, depois da igreja de S. João Baptista ter ardido com o sacrário em 1818, aumentaram os afazeres dos párocos da Sé, donde passou a sair o Sagrado Viático para os doentes da Fortaleza e do Hospital Militar, enquanto os dos capelães próprios diminuíram – e que segundo o costume imemorável foram os que sempre administravam aos enfermos o Sacramento da Eucaristia e Extrema Unção». Diz, por fim, que a permissão da autoridade eclesiástica dependia tão somente da visitação ao Altar e da Bênção do Sacrário, «a que me prestarei de bom grado logo que se me requerer ou a Junta Rëal da Fazenda assim mo insinuar» (1).

Profanada depois de 1828, nesta ermida funcionou nos anos de 1832/35 a *tipografia do Governo* (2), à responsabilidade do

(1) A ideia, contudo, não teria ido por diante, atentas as posteriores ocorrências.

(2) Integrada na referência ao *Castelo*, escarvoamos breve resenha sobre este primitivo conjunto tipográfico. Uma pergunta, no entanto, impõe-se: – Teria sido esta, na verdade, a tipografia número um que funcionou nos Açores? Nenhuma resposta poderá desvanecer a dúvida que a interrogação envolve, sem antes se situar o folheto «*Relacion de la Conquista, expugnation y assalto de la isla Tercera por D. Alvaro de Bazan, Marqués de Santa Cruz*», impressa em Angra em 1583, como anota Mrs. Ludovic a pgs. 98 das «*Curiosités Bibliographiques*», publicadas em Paris em 1845. – A última notícia que dele achámos consta do jornal «*O Angrense*», em 1880, dizendo ter sido vendido em Paris por cinquenta francos. Acentua, ainda, que Eduardo da Cunha, do Porto, ao ler o anúncio de que esse folheto de dezasseis páginas estava à venda, logo para a capital francesa escrevera, no intento de o adquirir, para o oferecer «ao Museu Terceirense», e conclui: – «Infelizmente, porém, o generoso pensamento daquele Cavalheiro não pode completar-se porque o folheto já fora vendido» – Como a data indicada para a impressão coincide com a chegada dos espanhóis, após a conquista da ilha, de admitir, é que a estes seja atribuído o palmarés da introdução da primeira tipografia nos Açores – 246 anos antes da que para cá trouxeram os Voluntários da rainha em 1829.

compositor, sargento ajudante João de Sousa Ribeiro ⁽¹⁾. Dali retirada a oficina gráfica, por ordem do Prefeito, Luís Pinto de Mendonça Arrais, barão de Valongo, alguns devotos – inclusive o mestre da capela da Sé, padre Mateus Pereira e o dito João de Sousa Ribeiro ⁽²⁾ –, de acordo com o governador do Castelo, Joaquim Zeferino de Sequeira, restauraram o templo em 1842, passando a rezar-se aos domingos o Terço a Nossa Senhora, além da festividade própria no mês de Outubro, com a ermida a gosto decorada, arraial, iluminação e missa a instrumental.

Votada outra vez ao ostracismo, assim o dr. Sousa Meneses em 1932 se lhe refere: – «Nos últimos tempos passou para a Caserna Militar o encargo de olhar pela Ermida, desligando-se completamente do Hospital». E a seguir: – «E ainda para completa desgraça, há cerca de um ano, tudo o que restava como relíquia do seu passado histórico – Santos, sino, ornatos do altar, foi posto em leilão, perdido para sempre, por pouco mais de duzentos escudos» ⁽³⁾.

Depois disso, tornou a reabrir ao culto. Novamente benzida em 30 de Outubro de 1937, nela começando a celebrar Missa aos domingos o rev. dr. José Vieira Alvernaz ⁽⁴⁾, por louvável iniciativa do Comando Distrital da Legião Portuguesa.

⁽¹⁾ Na hora da morte, João de Sousa Ribeiro pediu aos quatro filhos para continuarem a promover a festividade anual em louvor da Virgem. E estes o cumpriram, sobretudo o que usou igual nome, ajudado pelos seus progénitos Jácome de Sousa Ribeiro e Manuel de Sousa Ribeiro. E, graças a isso, a festa se realizou mais cerca de cinquenta anos. De João de Sousa Ribeiro (filho) e de Jácome nos referimos em "*Filarmónica Recreio dos Artistas*", 1967. Músicos consagrados, o último pertenceu à Orquestra do S. Luís, de Lisboa ("*O Imparcial*", de 11JAN1890).

⁽²⁾ Emigrado e pertencente ao Batalhão de Voluntários da Rainha. Nasceu na freguesia de Vitória, Porto. Filho de José de Sousa Ribeiro, cereeiro, e de Rosa Maria de S. Boaventura, da mesma cidade. Já viúvo de Maria Leonor Teles, casou na Sé, em 02ABR1842, com Maria José, natural de S. Pedro, de Angra. Editou a "*Crónica da Terceira*", 2.^a, folheto pequeno de duas colunas, desde o n.º 1, em 05AGO1846 até 6 de Setembro seguinte. Faleceu em 06SET1866, na casa n.º 13, da rua Visconde de Bruges, desta cidade, contando 69 anos.

⁽³⁾ "*O Hospital Militar da Boa Nova*" (notas históricas), monografia de 146 pgs.

⁽⁴⁾ Natural da freguesia de Ribeiras, ilha do Pico. Príncipe da Igreja, seu "curriculum vitae" transcende o âmbito desta sinopse. Celebrou em 1970, na Basílica de Fátima, as bodas de ouro sacerdotais, que tiveram nível nacional. Estava em Goa, como Patriarca das Índias Orientais, quando a 19 de Dezembro de 1961, as hordas de Nova Deli invadiram o Estado Português da Índia. Residiu na freguesia de Santa Luzia de Angra até ao seu falecimento em 13-3-1986.

Mais tarde, já em nosso tempo, transformou-se em arrecadação militar.

Dos defuntos aqui sepultados, damos fé do padre Manuel Luís Maldonado, insigne historiador ⁽¹⁾ e de Joseph de Sousa Cunha, capitão de Infantaria, falecido em 6 de Agosto de 1722. O enterramento mais antigo que situámos remonta a 1653.

Ermida classificada como imóvel de interesse público ⁽²⁾.

⁽¹⁾ Capelão-mor do Castelo de S. João Baptista. Baptizado na Catedral em 13SET1644 e falecido em 15OUT1711, como certificam os respectivos termos da Sé, depositados no Arquivo Distrital. Filho de Amaro Luís condestável do Castelo e de sua mulher Isabel Gonçalves. Nomeado capelão-menor do Castelo em 23NOV1674. Outrossim «capelão mayor e administrador do Hospital de Nossa Senhora da Boa Nova» em 25 de Julho de 1689. – Valiosos estudos nos deixou, ainda em manuscrito: "*Phenix Angrense*", de que nos temos socorrido directamente; "*História das Ilhas dos Açores*", "*Genealogias e Reclusão de Afonso VI no Castelo de Angra*". Drumond, que tanto dele se valeu para os "*Anais*", não lhe regateia méritos; Gervásio Lima, porque o julgou finado em 24 de Outubro, tal como Drumond, consagra-lhe essa efeméride no "*Breviário Açoriano*". Mas quem mais lhe aprofunda a biografia é o tenente-coronel médico Manuel de Sousa Meneses, em "*Quem escreveu a Fénix Angrense?*" (Boletim III, do I.H.I.T., 1945).

⁽²⁾ Decreto-Lei n.º 44674, I Série, inserto no "Diário do Governo" de 09NOV1962.

PRIMITIVA IGREJA DE SANTA CATARINA DE SENA OU ERMIDA DO ESPÍRITO SANTO

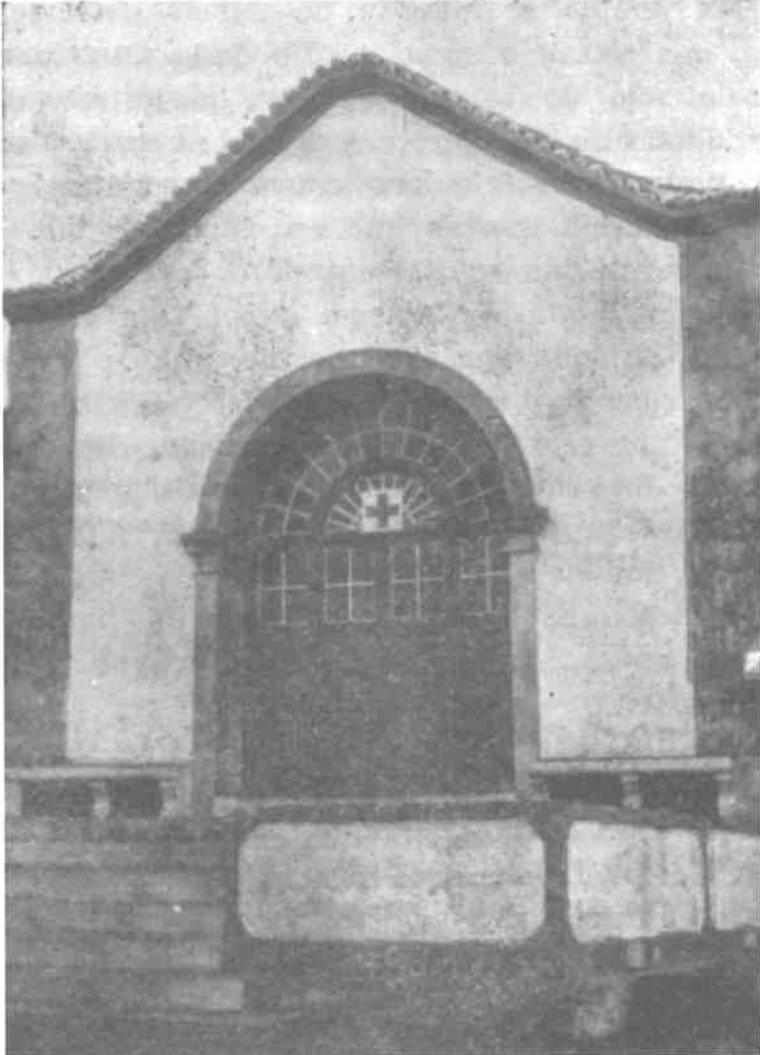
O primeiro templo do Castelo, rezam as crónicas, teve *Santa Catarina de Sena* por Orago e remonta, ao tempo do Presídio Castelhana, ou seja o existente à data da rendição de D. Álvaro de Viveiros (1).

Embora com dimensão de ermida, como ainda se pode observar, nalguns termos de óbito do primeiro quartel de século XVII e outros documentos, figura como Igreja.

Vai para cinquenta anos, comandava o coronel António Silveira Lopes, ao proceder-se ao nivelamento do terreno fronteiro à dita ermida, acharam-se sepulturas com ossadas, cavadas no tufo. O mesmo ultimamente aconteceu, quando se revolveu a pavimentação, para receber o betuminoso.

O padre António Teixeira – empossado em cerimónia formal pelo capitão general de mar e terra António de Saldanha, do Conselho de Guerra de Sua Majestade, governador da Torre de Belém, que a Angra veio em 1642 com altos poderes, comandando a armada de socorro aos Açores – neste templo se investiu do múnus de capelão, «porque em todo o tempo que esteve o cerco e sítio deste Castelo, assistiu com grande trabalho e zelo do serviço de Sua Majestade em todas as ocasiões que no dito sítio

(1) Pelo termo de Óbito de Ana Pachequa, falecida em 16SET1637, sabe-se que seu marido, Alonço d'Aguilar, era nessa data o «sacristão do Castelo Sam Philippe» (Sé – Livro 4, fls. 135v).



Primitiva igreja de Santa Catarina do Castelo de S. Filipe

se ofereceram, assim em assistir nas trincheiras a onde mais necessário era como em tratar (com grande virtude sua) dos feridos e mortos que no dito sítio houve, assinando e trabalhando nas covas que se fizeram para defença do dito Castelo dando exemplo a muitos que o fizessem e por também haver servido de Capelão-mor da Armada que andava na guarda da Costa desta cidade e por expôr suas partes e virtudes merecedor de toda a mercê què Sua Majestade foi servido fazer-lhe, hei por bem de lhe fazer mercê em nome do dito Senhor Capelão-mor da gente de guerra e confessor em que haverá, a praça de quatro mil réis cada mês». E o mesmo sacerdote *tomou* conta das chaves da porta da igreja e sacristia, abriu e fechou as ditas portas e *subindo ao altar levantou em suas mãos um cálice, casula, missal, galhetas e mais coisas do culto em sinal de posse.*

O padre António Cordeiro, em 1717, três anos antes da actual igreja, anota que o capelão exercia o culto na situada ao lado nascente. A primitiva igreja espanhola, assim, ter-se-ia erguido no canto da praça do Castelo – imóvel que, após sucessivas adaptações, serviu de biblioteca, sala de instrução militar, estação de rádio e hoje posto de socorros da Unidade ali aquartelada. O seu traçado e o balcão em que assenta, com acesso por escadas de pedra, os bancos de cantaria que o ladeiam, harmonizam-se com o exposto.

Embora nenhum escrito oficial se conheça, na primeira metade do último século aparece denominada do *Espírito Santo*. Num termo de óbito de 8 de Novembro de 1829, situámos a primeira referência com esse nome ⁽¹⁾. Admite-se a mudança de invocação se haja processado quando reabriu ao culto, após o sinistro que destruiu a igreja de *S. João Baptista*. O Cónego Pereira, em «pequenas notas da nossa história», publicadas em "A União", diz advir o novo título por ter sido instituída uma

(1) Óbitos – Sé – Livro 14/15, fls. 189.

irmandade do *Espírito Santo*. No Castelo, houve um *império*, com efeito (1).

O capitão Espínola de Melo, na monografia "*O Castelo de S. João Baptista*" informa que em 1866 se viam no altar desta ermida as imagens da Senhora do *Rosário*, de *S. João Baptista*, *Santa Bárbara* e *Santa Catarina*, as quais mudadas foram, no ano imediato, para a igreja reconstruída e aberta ao culto, depois do incêndio de 1818.

Monsenhor Alves da Silva anota que a ermida foi então profanada (2).

(1) Consta de uma relação de 1857. Ainda de não excluir, se bem que remota, a hipótese da mudança de orago se dever ao governador do Castelo, capitão Francisco d'Ornelas, cuja devoção pelo Espírito Santo é histórica.

(2) *Topografia*, 95 - 1891.

SANTO ANTÓNIO DA GROTA

«Contém o Castelo em si de muralhas a dentro conforme as medidas de geométrica noventa e dois metros de campina com respeito às circunferências e colinas dos três montes que em si se contem; no meio dos quais se acha uma Caldeira de terra lavradia cujo fundo quase corre nivelado com o mar, fazem ter esta em todo, e seus arredores quase três moios que se fabricam de hortas e pomares. Na circunvalação do Monte do Facho existe fronteira ao porto de Angra uma quinta de recreação que se diz a grota em que há uma ermida de Santo António hoje reputada por a mais recreativa de todas as da Ilha, e a ter água nativa não houvera no mundo outra que se lhe avantajasse, pelos galanteos com que está ornada a via por onde se comunica composta de uma latada que se forma em duzentas e tantas colunas inteiras pela frente exterior, e outras tantas meias que lhes correspondem sobre as quais se armam as travessas das latadas, de que é composta e o chão calçado de seixo miudo de peralto guarnecido com lajeamento em quarteis que o fortificam fixo e permanente.

No pátio, ou adro da ermida, sita em um grotilhão que divide os montes das Cruzes e do Facho em rezão do qual se lhe impôs a esta quinta o nome de Grotta, começa uma escada com quatro tabuleiros quadrados com suas pirâmides nos ângulos, em que há degraus de pedra, e a superfície de seus contrafortes, povoada toda de plantas de flores de toda a variedade esta escada se remata em um jardim onde estão fabricados três chafarizes de chuveiro, e



Ermida de Santo António, no Monte Brasil

um penhasco de esguichos que chamam lágrimas, e no alto deles duas cisternas nas quais se recolhem as águas das chuvas do inverno, e destas por uns alcatrozes, e arcas que se fecham e abrem se lançam as águas aos ditos chafarizes que postos em corrente ficam fazendo uma vista tão aplusível que a todos enleva. Nos lados desta obra que correspondem nos altos da ermida estão dois baluartes correspondentes um ao outro, guarnecidos com suas artilharias em que há dez peças de menor calibre com as quais se fazem as salvas particulares que parece aos governadores.

Edificou esta floresta o governador do Castelo no tempo do Presídio Castelhana D. Gonçalo Mexia que veio provido no ano de 1615. E por se achar um tanto desmantelada a reedificou com melhorado asseio o governador Alexandre de Sousa; e ultimamente a pôs na perfeição, e vantagem em que de presente se vê Manuel Magalhães Cerqueira; e por se haver com modos violentos nas obras que nela empreendeu, e conseguiu, sem despesa da Real Fazenda foi de seus émulos caluniado».

Assim o padre Manuel Luís Maldonado ⁽¹⁾, nos fins do século XVII, relatou esta parte do Monte Brasil ⁽²⁾, que reproduzimos para ideia se articular dos aspectos de então em relação ao actual. Todo o ornato acima descrito desapareceu, exceptuando a ermida e a célebre *casa do regalo*, residência estival dos governadores do Castelo, agora sem algum préstimo

⁽¹⁾ "Fénix" ms., fls. 293/94.

⁽²⁾ A propósito de *Monte Brasil*, Félix José da Costa atribui este designativo ao istmo angrense por o seu primeiro dono, Pedro Luís de Sousa, que mourejou em terras de Veã Cruz, ser apodado de *Brasil* ("*Angra do Heroísmo*", 28). Parece, no entanto, significar somente etimologia popular. Já na carta de Valentim Fernandes (1507), sete anos após o achado de Pedro Álvares Cabral, a ponta de terra que limita a oeste a nossa baía, aparece denominada – «o Brasil». Escreve o dr. Ferreira Deusdado, a respeito: – «Isto mostra que no século XVI logo depois do descobrimento das ilhas dos Açores, os navegadores e cosmógrafos localizaram em uma delas, sem dúvida a ilha Terceira, a designação de ilha do Brasil, cuja situação era então desconhecida. – A palavra brasil designava sem dúvida o pau brasil. O conhecimento do pau brasil na Europa parece remontar ao século IX; era trazido do oriente, pelo Mar Vermelho e Egipto, pelos Árabes, que o designavam pelo nome persa de bakhm, tinha grande consumo, sendo empregado para tingir de vermelho as sedas, lãs e algodões» (*Quadros Açóricos*, 141 – 1907).

um penhasco de esguichos que chamam lágrimas, e no alto deles duas cisternas nas quais se recolhem as águas das chuvas do inverno, e destas por uns alcatrozes, e arcas que se fecham e abrem se lançam as águas aos ditos chafarizes que postos em corrente ficam fazendo uma vista tão aplusível que a todos enleva. Nos lados desta obra que correspondem nos altos da ermida estão dois baluartes correspondentes um ao outro, guarnecidos com suas artilharias em que há dez peças de menor calibre com as quais se fazem as salvas particulares que parece aos governadores.

Edificou esta floresta o governador do Castelo no tempo do Presídio Castelhana D. Gonçalo Mexia que veio provido no ano de 1615. E por se achar um tanto desmantelada a reedificou com melhorado asseio o governador Alexandre de Sousa; e ultimamente a pôs na perfeição, e vantagem em que de presente se vê Manuel Magalhães Cerqueira; e por se haver com modos violentos nas obras que nela empreendeu, e conseguiu, sem despesa da Real Fazenda foi de seus émulos caluniado».

Assim o padre Manuel Luís Maldonado ⁽¹⁾, nos fins do século XVII, relatou esta parte do Monte Brasil ⁽²⁾, que reproduzimos para ideia se articular dos aspectos de então em relação ao actual. Todo o ornato acima descrito desapareceu, exceptuando a ermida e a célebre *casa do regalo*, residência estival dos governadores do Castelo, agora sem algum préstimo

(1) "Fénix" ms., fls. 293/94.

(2) A propósito de *Monte Brasil*, Félix José da Costa atribui este designativo ao istmo angrense por o seu primeiro dono, Pedro Luís de Sousa, que mourejou em terras de Veia Cruz, ser apodado de *Brasil* ("*Angra do Heroísmo*", 28). Parece, no entanto, significar somente etimologia popular. Já na carta de Valentim Fernandes (1507), sete anos após o achado de Pedro Álvares Cabral, a ponta de terra que limita a oeste a nossa baía, aparece denominada – «o Brasil». Escreve o dr. Ferreira Deusdado, a respeito: – «Isto mostra que no século XVI logo depois do descobrimento das ilhas dos Açores, os navegadores e cosmógrafos localizaram em uma delas, sem dúvida a ilha Terceira, a designação de ilha do Brasil, cuja situação era então desconhecida. – A palavra *brasil* designava sem dúvida o pau brasil. O conhecimento do pau brasil na Europa parece remontar ao século IX; era trazido do oriente, pelo Mar Vermelho e Egipto, pelos Árabes, que o designavam pelo nome persa de *bakham*, tinha grande consumo, sendo empregado para tingir de vermelho as sedas, lãs e algodões» (*Quadros Açóricos*, 141 – 1907).

sem aproveitamento turístico, reduzida às paredes, não obstante já haver sido preconizada para uma *sala de chá*.

Mas voltemos à Ermida. Uma Irmandade da mesma invocação se estabeleceu ⁽¹⁾; formada somente por militares do Castelo a qual contribuía com a mensalidade de quatro mil réis para ali dispor de um capelão e custear a trezena e festividade do orago. Extinguiu-se a Confraria em 1768 e, desde 1787, por mandado governamental, essas despesas ficaram a cargo da Real Fazenda – o que até 1822 se observou. O Corregedor se opôs em 1823 a que à dita Real Fazenda incumbissem as expensas, do facto resultando a festa não se realizar nesse ano. O tenente-general Francisco de Borga Garção Stokler ⁽²⁾, com: êxito expondo o caso a D. João VI, logrou o recomeço das celebrações, com a dotação régia de trinta e tantos mil réis.

No tempo da imigração, e por ordem superior, a Ermida converteu-se em arrecadação, interrompendo-se, assim, a festividade. E, finda a luta, voltaram os festejos, mas já sem a regularidade anterior, atento que o governador recusara colaborar. Mais anos «*não*» do que «*sim*», acabou o governador do Castelo, Francisco de Paula Cáceres, que assumiu funções em 16 de Novembro de 1853, por deparar na ermida do *Espírito Santo* com a imagem de *Santo António*, sem festejo em seu louvor. E mesmo algum tempo antes estivera sem culto, guardada na moradia de um Sargento reformado. Seis meses depois, por iniciativa do dito governador Cáceres, a imagem à sua Ermidinha regressou, em

(1) Maldonado anota integrar esta Confraria quatrocentos *irmãos*, com a renda de duzentos mil réis por ano.

(2) O general Stokler, depois barão da vila da Praia – natural de Tavira, onde está sepultado –, viajando numa galera americana, desembarcou em Angra a 18OUT1820 e assumiu o cargo em 20, pelas 09h00; deixando o Governo por ordem da Regência em 15MAI1821, embarcou para Lisboa a 11 de Agosto seguinte, no brigue-escuna *Flor do Mar*. Reintegrado no Governo, volveu a esta ilha, desembarcando a 18NOV1823 da *charrua "Princesa Real"*, com uma companhia de caçadores do Batalhão 5. Regressou a Lisboa algum tempo mais tarde. – Vide "*Dois Capitães-Generais e a 1.ª Revolução Constitucional na Ilha Terceira*", 1964, do dr. Francisco Lourenço Valadão.

luzida procissão, com guarda de honra, a oficialidade, sargentos e outros militares da guarnição, além de imensa gente. Nesse mesmo ano, os festejos se reataram, com desusado esplendor, tendo subido ao púlpito o famoso orador sacro padre Mariano Constantino Homem.

Deste modo, restaurados em honra de Fernando de Bulhões, que ganhou palmarés de altar, os militares do Castelo de S. João Baptista no decurso de largos anos os mantiveram, às vezes até com procissão. Hoje, ali, por plausível e piedosa iniciativa da Junta Geral do Distrito – melhor dizendo, do seu Presidente, dr. Agnelo Ornelas do Rego –, o Santo Taumaturgo se evoca com a celebração de Missa e a dádiva, superior a mil pães, às Instituições de Caridade locais, depois de abençoadas em tocante cerimónia.

No único altar existente, a imagem do orago resplandece. Outrora, à noite, qual *estrela-guia* dos marítimos, bruxuleava no ermo templo a lâmpada de azeite (1).

Afonso VI, o rei infeliz, deposto pelo irmão, traído pela mulher, neste cenário se enquadrou, tantas tardes sofreu a curtir o tédio e a saudade do tempo em que não era jugo das tramas políticas.

O ameno e pitoresco parque frondoso, recantos de sombras esmaltadas sugerindo o repouso, alicia o angrense, mormente na época calmosa, tornando-se peculiar a afluência popular, sobretudo aos domingos. E os farnéis integram-se no quadro animado, com laivos da típica paisagem das romarias nortenhas do Continente.

(1) O governador Varejão chegou a tributar a navegação que aportava a Angra para o efeito.

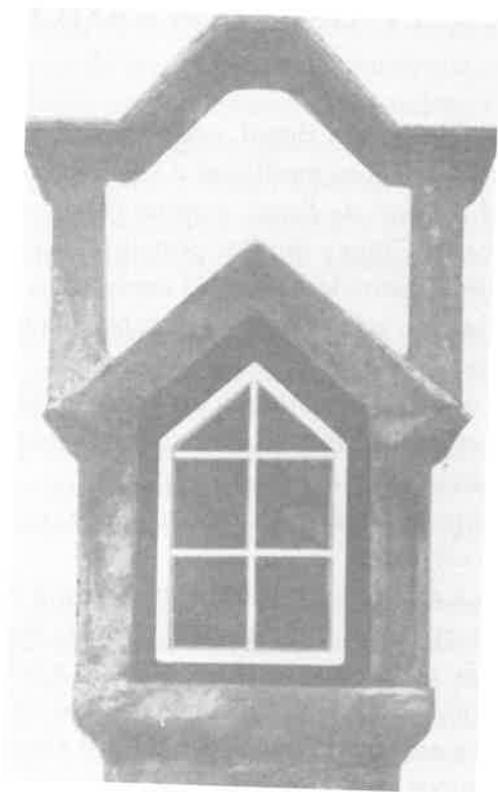
SANTO ANTÓNIO DOS ARTILHEIROS

Na ponta do Monte Brasil, onde agora à noite luz o farol, ao cabo das fortificações marítimas e sobranceiro à enseada formosa, existiu o *Forte de Santo António* (assim denominado em honra do Prior do Crato e um dos primeiros mandados construir por Ciprião de Figueiredo depois da experiência da Salga), cujo objectivo seria o de cruzar fogos, em defesa da baía contra a pirataria, com o *Castelo de S. Sebastião*.

Devota que era a guarnição do seu patrono, ali um nicho erigiu, com a efígie do glorioso taumaturgo português – nicho que *tomou quase as proporções de ermida*.

Mas recuemos a 1874, para ouvir o que, a propósito, Zeferrino Brandão escreveu:

«Estava a cargo da referida companhia à conservação da imagem, e o comandante da guarda da bateria de Santo António tinha obrigação de alumiar o santo, durante a noite. Vivia ali o santinho só com a guarda dos artilheiros. Não só por estar perto daquele lugar a ermida de Santo António da *Grota* (*Grota* e não *Gruta*; é como por cá se diz. A culpa é daquele que italianizou a nossa *gruta*), a maior parte dos visitantes do Monte Brasil não sabiam da existência do Santo António dos Artilheiros, e outros esqueciam-se dele. Era raríssimo cair dentro de uma pequena caixa de lata, pertencente ao santinho, uma esmola – dez réis que fosse, a não ser que algum artilheiro se lembrasse de repartir com ele as mesquinhas sobras do seu pré.



*Nicho de Santo António dos Artilheiros,
na ponta do Monte Brasil*

Um dia, sem dúvida – milagre do santo – lembrou-se a companhia de artilharia, sem excepção dos seus oficiais, de aumentar as dimensões do nicho, e as esmolas começaram a multiplicar-se, posto que o número de visitantes paisanos do pitoresco sítio continuasse a escassear. Era grande o empreendimento, pois que, tendo-se dado balanço aos fundos, o santinho apenas possuía uns dois mil e quatrocentos réis. A pobreza do cofre não assustou a riqueza do plano. É que o fogo sagrado da fé aquece as almas generosas, e torna-as capazes de empreender tudo quanto é nobre e grandioso.

Abriu-se uma subscrição na companhia, todos concorreram, unindo-se-lhes o governador do Castelo, e o inspector do material de guerra, ambos distintos oficiais de artilharia, e, dito e feito, lá foram uns com a esmola, outros com a esmola e o trabalho, erigir ao santo uma ermidinha, que assim pode chamar-se o que lá fizemos todos. O santo continua a ser alumiado, e o digno comandante da Companhia de Artilharia organizou uma escrituração regular, donde constam os haveres e as despesas do nosso protector; continuando igualmente a guarda da bateria a velar o que lhe pertence» (1).

A guarda a este *Forte* – um conjunto de dez baterias, de que o fidalgo angrense Baltazar Gonçalves Antona foi o primeiro capitão manteve-se até 1887. E o nicho lá continua, com a imagem do santo, de lamparina apagada, evocando a devoção dos artilheiros terceirenses – o que, se não traduz héroeico feito de armas, ilustra expressão espontânea e sincera de uma crença religiosa que jus se afigura anotar.

O caminho para lá chegar é que começa a oferecer dificuldades de acesso, sobretudo a veículos.

(1) "Almanaque Insulano para Madeira e Açores" para 1874 – pp. 222.

PROCISSÃO DO SENHOR MORTO

Foi uma das romagens de piedade, recolhimento e amor, cintilante de preito e de fé, da mais vincada tradição e esplendor, a Procissão do Senhor Morto.

Da igreja do Castelo do Monte Brasil saía o préstito sensibilizante. Envergando o seu primeiro uniforme, indumentárias de gala, com brandões acesos, extensos cordões de círios, extraordinária visão, impressionante cenário, praças formando alas, nota espectacular do melhor recorte.

A imagem *de Jesus*, em dourado esquife, transportada era aos ombros pela oficialidade da guarnição. Seguia-se a banda regimental e um contingente de tropa em guarda de honra.

A escultura representativa *do Senhor*, como a da *Virgem da Soledade*, que também ornava a procissão famosa, ambas do mosteiro de S. Gonçalo, o primeiro estabelecimento monástico clarista da cidade, iam a coberto da noite de *Quarta-feira de Trevas*, para os templos da histórica fortaleza de S. João Baptista – acompanhadas pelos capelães militar e o do convento, do governador e oficiais, rematando com escolta de honra. E, como penhor ou reféns, a dita autoridade nas mãos da madre Abadessa depositava as chaves do Castelo – as chaves que Francisco de Ornelas e João Bettencourt do mestre de campo D. Álvaro Viveiros receberam após a rendição castelhana, Sebastião Correia

de Lorvela ⁽¹⁾ entregou a Afonso VI e José António da Silva Torres, também governador, ofereceu ao rei soldado ⁽²⁾.

As duas imagens recolhiam à ermida do *Espírito Santo*, no canto da parada maior, e à igreja devotada ao *Precursor do Divino Agnus Dei* ⁽³⁾.

No tradicional e luzido cortejo, ambiente de penitência, da vetusta fortaleza para o burgo, na *Sexta-feira da Paixão*, além do aparato militar; integrava-se a clerezia angrense, os religiosos dos conventos de *S. Francisco*, da *Graça* e dos *Capuchos*, os jesuítas do *Colégio de Santo Inácio*, as Irmandades e Confrarias, gente de nobreza, outras figuras representativas, a massa popular, alfim.

Salientar se afigura oportuno que Afonso VI, o soberano deposto, no transcurso do seu cativo nesta ilha, desde 1669 a 1674, com sua reduzida corte, inclusive dois capelães e outros tantos moços de capela, sempre assistia ao religioso culto no Castelo, sendo de admitir assim que presenciado teria esta solenidade.

A expensas do governador e restante efectivo da fortaleza, se realizou este acto religioso, até que D. Pedro II, por provisão

⁽¹⁾ Baptisado na Sé de Angra em 13SET1620, serviu-lhe de padrinho D. Agostinho Ribeiro, décimo prelado diocesano. Filho de Tomé Correia da Costa e de, sua mulher, D. Maria Caixa. Os pais desta, Sebastião Lorvela e D. Maria Caixa, pessoas nobres, procediam de Cuenca, reino de Toledo. – O mestre de campo Sebastião Lorvela incumbiram, por alvará de 10MAI1658, do recrutamento de 1.200 homens de infantaria e cavalaria, destinados a guarnecer as fileiras que, ao tempo, na fronteira, pelejavam contra a Espanha. E, por isso, combateu em Alconchel e Vila Nova del Fresna, assistiu à praça de Olivença, lutou em Arronches, Juromenha e Ameixial. Oito meses esteve prisioneiro de Castela. Na expedição dos 1.200 infantes, acompanhou-o Brás de Ornelas, primogénito de Francisco Ornelas da Câmara. Assumindo o cargo de governador do Castelo em 1666, coube-lhe receber Afonso VI três anos depois. Faleceu em 23OUT1672, sucedendo-lhe Manuel Nunes Leitão no exercício do cargo. Sepultado no jazigo dos governadores na igreja da fortaleza – e o primeiro que ali teve guarda com pompa. – A antiga rua debaixo de Santa Luzia tem o seu nome desde 1965.

⁽²⁾ Há quem pretenda ver essas chaves nas que se expõem no gabinete da Presidência da Câmara de Angra. Vide *Pedro de Merelim* in *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho*, 58 – 1.ª edição – 1966.

⁽³⁾ Da referência aos dois templos, colhida em papéis do século findo, deduz-se ter havido tempo em que ambos funcionariam simultaneamente.

de 20 de Setembro de 1669, para o efeito concedeu a anuidade de cento e vinte mil reis, extraídos do cofre da real fazenda.

No decurso dos séculos, sempre com a pompa designada, semelhante esplendor místico iluminou o calendário celebrativo da Semana Santa da cidade que, no dizer de Frutuoso, parecia *uma pequena Lisboa*. Somente após o incêndio de 1818, em que o templo do Castelo reduzido ficou às paredes e alçado de elegante recorte, ambas as torres e armas reais a meio, se interrompeu esse fio da história religiosa terceirense. Alegou a Junta Real de Fazenda, para se eximir ao pagamento do subsídio régio que a procissão não se podia efectivar por a igreja estar em ruínas.

O governador e oficiais, porém, não desistiram de conservar a tradição pelo menos bi-centenária. E o dito cortejo, e actos litúrgicos complementares, se reiteraram, saindo agora do templo do Colégio rumo a *S. Gonçalo*, respeitando o habitual itinerário citadino. Os militares e os devotos desembolsavam metade da despesa, enquanto a outra parte, resultante de mil diligências, era satisfeita pelo tesouro público.

Quando extinto foi o regime dos capitães-generais, por decreto de 4 de Julho de 1832, datado de Ponta Delgada, cessou em definitivo o subsídio referenciado, deixando a procissão de se fazer. A solenidade famosa ainda uma vez se processou, julgamos que a última, saindo da velha fortaleza, agora da ermida do *Espírito Santo*, no ano de 1847 – em virtude do brigadeiro António Homem da Costa Noronha, governador ao tempo, zeloso pelas glórias e memoráveis tradições do histórico reduto militar, querer deixar vincada esta distinta lembrança.

PROCISSÃO DA PROCLAMAÇÃO

Levou-se a efeito nesta cidade, durante dois séculos e meio. Inspirou-a o advento da Restauração e data de 1895 a última referência que lhe achámos. Celebrava a Proclamação da Independência. No *resumo cronológico das leis mais úteis* – tomo II – de 1600 a 1820, ps. 404, lê-se: – «*Cortes do Senhor D. João IV. – Pt I. Assuntos eclesiásticos. – P. Cap. I. Procissão pela restauração do Reino. Pedimos que, em reconhecimento da mercê que este Reino recebeu da poderosa mão de Deus no primeiro de Dezembro de 1640 em o livrar do cativo em que estava, se sirva V. Maj. mandar que no aniversário do dito dia se faça anualmente em todos os lugares do reino uma procissão solene como as mais que são obrigação das Câmaras. Resposta. Assim o tenho mandado fazer nos lugares onde convém, e vos agradeço esta lembrança*». Ignoramos se esta festividade nacional em todas as catedrais do reino se realizou. Apenas damos fé que o haja sido nas de Lisboa e Angra.

Drumond, nos *Anais* II, 20 apreciando a acção de Martim Afonso de Melo, um dos cinco fidalgos que à Terceira acompanharam Afonso VI, como governador do Castelo e reportando-se a 1682, escreve: – «*Uma semelhante imprudência teve este governador na procissão da aclamação d'el-rei D. João IV, por mandar uma companhia do presidio acompanhá-la, dando o cargo dela ao capitão José de Melo. Comandava as ordenanças o sargento-mor António Nunes d'Arés; acontecendo porém*

passarem pela rua direita onde estas se achavam, travaram tal contenda, que depois de ser mui insultado de palavras o capitão-mor, e espancado com a própria espada carregando os soldados as armas para o matarem, e desordenou de todo a procissão, procurando o clero e o mais acompanhamento salvar-se à maior pressa».

Efectivava-se a procissão, é óbvio, no primeiro de Dezembro, data jubilosa, nela se integrando o governador civil em grande uniforme e o Município com a sua bandeira alçada, camaristas segurando o pódio, afora outras representações oficiais, a banda militar e a tropa disponível do Castelo. Nem sempre, contudo, as autoridades civis marcaram a presença que se impunha, como refere, a título de censura, *O Angrense* de 3 de Dezembro de 1845.

D. DINIS GREGÓRIO DE MELO CASTRO E MENDONÇA

Teria sido nomeado Capitão-General de Angra, sucedendo ao Conde de Almada em 1775, mas só no ano imediato, a 21 de Abril, iniciou funções. Fora o último governador da praça forte de Mazagão antiga cidade portuguesa em Marrocos, que em 1769 entregou, por ordem do Marquês de Pombal, ao sultão Mulei Mohâmede ben Abdalá, após dois meses de assédio (Janeiro a Março). Já antes se distinguira em Ormuz.

Preferiu o palácio do Castelo ao do Colégio de Jesus para residência.

O padre Jerónimo Emiliano, nas doze páginas que lhe consagra, diz: – «Reformou os costumes públicos, que estavam inteiramente estragados, fez respeitar a religião, abrilhantou a cidade, mandou abrir estradas úteis, promoveu a agricultura, e pelos novos géneros que fez cultivar na ilha pode ser reputado como o principal motor da felicidade, e riqueza dos Terceirenses. Os meios, de que se serviu para conseguir os fins que desejava, os obstáculos que encontrou na execução dos seus desígnios e a maneira com que os soube vencer, são por certo de um grande génio, e merecem ser transmitidos à posteridade».

E, adiante: – «O primeiro e mais poderoso meio de que se serviu para reformar os costumes públicos, e fazer respeitar a religião, foi a sua própria reforma, e a regular e edificante observação que fez praticar em sua casa. Nada houve mais bem

regrado do que o plano de educação que estabeleceu para a sua família. Sua consorte ⁽¹⁾, sua única filha ⁽²⁾ e dois filhos ⁽³⁾, já mancebos, que tinha, eram o modelo da virtude, e da obediência, e do respeito filial. Em sua casa havia tal separação de trato entre os criados e criadas ⁽⁴⁾, que com estas jamais alguém falava, senão por meio de uma roda que no palácio havia à maneira dos conventos das religiosas ⁽⁵⁾. Sabia dividir e repartir bem o tempo entre as obrigações domésticas e as públicas, e práticas de piedade. Sua casa era refúgio, e o acolhimento de todos os necessitados. Diariamente concorria às portas do seu palácio um sem número de pobres que ele sustentava da sua própria mesa. Nas funções públicas da religião era ele o primeiro que aparecia, e que edificava o povo com o seu religioso e circunspecto comportamento, e gravidade ⁽⁶⁾. Prezava-se muito do seu hábito da Terceira Ordem da Penitência, de que era irmão, e com ele aparecia em todas as festas e procissões quaresmais. Esta sua conduta teve a maior influência em toda a ilha; os grandes, ou por devoção, ou pelo lisonjear, começaram a acompanhá-lo, e a imitá-lo, e as solenidades, e os templos tornavam-se mais aparatosos e respeitáveis. O povo, que sempre é levado, e tocado

⁽¹⁾ D. Maria Rosa Xavier de Ataíde. Finada em 06ABR1783 (Sé – Livro 11/12, fls. 92).

⁽²⁾ D. Francisca Maria Assis.

⁽³⁾ António Manuel de Melo Castro Mendonça e Francisco Manuel de Melo Castro Mendonça. Foi o primeiro governador geral de Moçambique, durante três anos e três meses, desde 14AG01809. Transferido depois para a Madeira, a seu pedido, morreu, subitamente, em Lourenço Marques, quando embarcava para o Funchal, a 22NOV1812.

⁽⁴⁾ Além dos familiares, de Manuel Correia Branco, ajudante de ordens, e da mulher deste, D. Maria Catarina da Silva, o agregado do general D. Dinis Gregório constava de 40 serviçais, inclusive três escravos (Esperança, Gertrudes e Inácio de Jesus), assim classificados: 13 criados, 6 criados graves e 21 criados da escada debaixo (rol quaresmal de 1785).

⁽⁵⁾ No imóvel do antigo mosteiro clarista de S. *Gonçalo*, à entrada, lado esquerdo, ainda se vê, na parede, semelhante meio de comunicação.

⁽⁶⁾ Na sua residência, palácio do Castelo, havia um Oratório, como se lê no termo de baptismo de Roberto Luís Mesquita Pimentel a 02MAR1785, de quem o próprio capitão-general e a filha foram padinhos.

do exemplo dos grandes, se fez mais religioso, e os costumes públicos receberam uma grande perfeição» (1).

Faleceu em 1 de Dezembro de 1793. Sepultado na igreja de S. Francisco, defronte do altar de N. S. *das Dores*, na mesma campa de sua mulher. Juntos na vida, unidos na morte.



Sargentos da guarnição do Castelo de S. João Baptista que primeiro aderiram à República, em Outubro de 1910, vendo-se, da esquerda para a direita: Francisco Emídio Pimentel Brasil, António José Mendonça, Andrade, Sérgio Medeiros e Avelino.

(1) "Apontamentos póstumos", 77 - 1850, editados pelo padre Mariano Constantino Homem. - Os que desejem detalhes da sua vida pública, vide ainda "Capitães Gerais", 1766-1831, por Francisco d'Atayde Faria e Maia - 1944 - Ponta Delgada.

MEMÓRIAS

Padrão dos Descobrimentos, no Pico das Cruzinhas, Monte Brasil ⁽¹⁾. Inauguração integrada nas celebrações de 1932.

*

Ao soldado José Dias ⁽²⁾, heróico e imolado combatente da Restauração, de linhas tão singelas como significativas, a meio da ladeira de acesso à entrada principal da Fortaleza. Inaugurada, em acto festivo, a 21 de Julho de 1957. Legenda gravada:

*«Antes morrer livres que em
paz sujeitos»
Ao valor e patriotismo dos
terceirenses
Simbolizado em José Dias
Que aqui morreu por Portugal
1.8.1641»*

*

Aos mortos da Unidade ali aquartelada, descerrada no átrio da entrada principal em 20 de Setembro de 1973, com os dizeres:

*«Antes morrer livres que em paz sujeitos»
e
«Aqueles que por Obras Valorosas se vão
da Lei da Morte Libertando».*

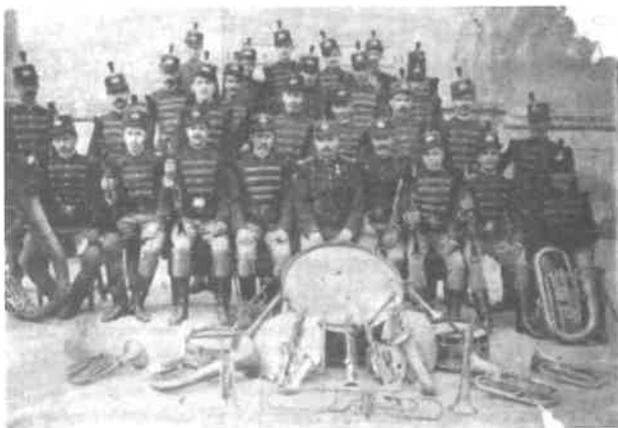
⁽¹⁾ Onde outrora se executavam os condenados à força.

⁽²⁾ Vidé "A União" de 22JUL1957 e dr. Sousa Meneses in Boletim do IHIT, 24, 1958.

BANDA MILITAR

A *Banda do Castelo* sublinha uma época de cultura musical terceirense. Da sua extinção, em Setembro de 1938, se ressentem, hoje mais do que nunca, as Filarmónicas da Ilha, nas quais a ausência de elementos se acentua, na proporção que os anos correm na estrada do tempo.

A presente foto é a saudade em imagens. De penacho e coroa no barrete, dolman com peitilho e calça por dentro de lustroso botim, as vinte e sete figuras que mostra ultrapassaram já a vivência deste mundo ⁽¹⁾. Desta chapa-relíquia guarda o Museu Regional uma reprodução ampliada ⁽²⁾.



A Banda Militar nos primeiros anos do último século

⁽¹⁾ Vidé "*O Castelo*", boletim do BIII17, n.º 53, de 01FEV1970.

⁽²⁾ Em 10JAN1955, no *Salão Azória*, Lajes, estreou-se a *Orquestra Filarmónica de Angra*, dirigida por Raul Coelho e integrada de elementos que pertenciam a esta banda à data do seu desaparecimento. Teve curta duração.

MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS

Das sedições militares registadas nesta Fortaleza, anotamos as de

– 2 de Abril de 1821 e contra revolução, de que resultou a morte do capitão-general Francisco António de Araújo.

– 22 de Junho de 1828, rastilho da guerra civil: na Terceira, com funestas consequências para a ilha.

– 22 de Abril de 1847, de solidariedade a D. Maria II, como reflexo da instabilidade nacional, gerada pelo levantamento da *patuleia* (1).

(1) A Junta Governativa que se estabeleceu durou até 1 de Junho seguinte.

RECLUSOS POLÍTICOS

Outros exilados históricos aqui se alojaram, como o célebre Gungunhana e seus sequazes (Molungo, Zixaxa e Godide) ⁽¹⁾

Nesta Fortaleza estiveram reclusos os políticos em número superior a uma centena, implicados nos acontecimentos de 27 de Abril de 1913 em Lisboa (4 oficiais, 17 sargentos, 50 cabos e soldados, 45 marinheiros e 19 civis). Transportados para Angra a bordo do vapor *Cabo Verde* da Empresa Nacional. Desembarcaram a 8 de Maio seguinte. O general Luís Fausto Guedes, o capitão de mar-e-guerra Álvaro Andreia e o dr. Lomelino de Freitas, ao que parece indigitados para o gabinete ministerial em perspectiva, contavam-se entre os prisioneiros ⁽²⁾.

Ainda dezoito elementos da famigerada *Legião Vermelha* que aterrorizara Lisboa para o Castelo vieram deportados em Maio de 1925, a bordo do cruzador *Carvalho Araújo*. Realizaram-se nesta cidade manifestações públicas de protesto contra a chegada de semelhante escória social ⁽³⁾.

Viajando no "*Lourenço Marques*", a 25 de Fevereiro de 1927 desembarcaram em Angra 205 prisioneiros (inclusive 37 oficiais do Exército e 6 da Armada, 129 sargentos e 33 civis), implicados

⁽¹⁾ *Pedro de Merelim* in "*Os Vátuas na Ilha Terceira*" (revista "*Atlântida*", vol. IV, pp 307 - 1960. - Antes destes, aqui provavelmente estiveram alguns dos que, a bordo da fragata *Amazona*, aportaram a Angra em 26SET1810 ("*Anais*", III, 203).

⁽²⁾ "*O Diário*", de 09MAI1913.

⁽³⁾ "*A União*", de 9 a 29MAI1925.

nos movimentos revolucionários de 3 e 7 daquele mês no Porto e Lisboa, respectivamente, embora ainda sem responsabilidade apurada ⁽⁴⁾.

A unidade militar da guarnição, aquartelada na histórica e velha Fortaleza, implicou-se no movimento proclamado na noite de 7/8 de Abril de 1931, pela *Junta Revolucionária da Ilha Terceira*, integrada pelo almirante João Manuel de Carvalho, comandante Aragão de Melo, major Lobo Pimentel, comandante Eduardo Maia Rebelo, tenente Severo dos Reis ⁽⁵⁾, tenente Vidal Píñheiro e Avelino Ribeiro ⁽⁶⁾. A revolução, em que nenhum tiro se disparou, durou até ao dia 18 imediato – data em que as tropas fiéis desembarcaram, sob o comando do coronel Fernando Borges.



Roberto Zixaxa, um dos companheiros de Gungunhana, junto ao arco que existiu por detrás do edifício da Cooperativa Militar, e foi demolido no princípio dos anos quarenta.

⁽⁴⁾ De "A União" do dia imediato.

⁽⁵⁾ Natural da Graciosa. Um dos oficiais locais que aderira ao movimento. – Os restantes eram continentais exilados.

⁽⁶⁾ Funcionou esta *Junta Revolucionária* no prédio n.º 14/18 da rua da Rosa.

CONCENTRAÇÃO DE SÚBDITOS ALEMÃES

Com a entrada de Portugal na primeira grande guerra, adoptou o Governo de Lisboa prudentes medidas de segurança sobre os compatriotas do Kaiser residentes no nosso País e confiscou os barcos da mesma nacionalidade então ancorados em portos lusos.

Deste modo, arvoraram o pavilhão verde-rubro e receberam guarnições portuguesas, vindas do Continente, por ordem do Ministério da Marinha, os navios *Sardiniasse*, *Schalmburg*, *Sirdina* e a barca *Max*, fundeados na Horta ⁽¹⁾. Igual aconteceu aos três que estacionavam em S. Miguel e se baptizaram de *Ponta Delgada*, *Santa Maria* e *Graciosa*.

No Faial, se contavam meia centena de súbditos, exercendo a actividade na companhia alemã do cabo submarino, além de suas famílias e dos quarenta tripulantes das unidades navais atrás reportados – desde logo detidos em recinto vigiado.

Proibida foi, em absoluto, a saída dos germanos que estivessem em território nacional, conforme determinação expressa da autoridade competente.

Estabeleceu-se, assim, no *Castelo de S. João Baptista* de Angra, o *Depósito de Concentrados Alemães*, adstrito ao Regimento de Infantaria N.º 25, onde já em Maio de 1916 o seu nú-

⁽¹⁾ Um destes navios terá sido o *Lima*, que durante mais de quarenta anos, com a flâmula da Insulana, serviu nas carreiras Lisboa-Açores.

mero era de quatrocentos e cinquenta ⁽¹⁾, incluindo artistas de reconhecimento merecimento ⁽²⁾, engenheiros, médicos, oficiais da marinha mercante, etc.. O internamento começou a processar-se em Março desse ano ⁽³⁾.

Durante a sua estada, promoveram serões culturais e re-creativos de nível. Muitos deles mantiveram relações sociais com famílias desta cidade. Alguns improvisaram residência, com tecto de colmo, na aba leste do Monte Brasil e na banda de S. Diogo ⁽⁴⁾.

Nove óbitos registaram, enquanto em Angra permaneceram:

- Helmonth Hoffer, de 19 anos, a 15NOV1916, vitimado por febre tifóide ⁽⁵⁾.
- Wilhelme Nelaismeschkies, de 45 anos, carpinteiro, a 08MAI1918, de tuberculose pulmonar ⁽⁶⁾.
- Karl Kumkel Otto Sylvestre, de 19 anos, marinheiro, a 05DEZ1918 ⁽⁷⁾.
- Kurt Mahr, de 7 anos, filho de pai com igual nome e de Ana Mahr, em 08DEZ1918 ⁽⁸⁾.
- Whilhelme August Deye, 41 anos, montador de máquinas, de apoplexia cerebral, a 14MAR1919 ⁽⁹⁾.
- Louis Otto Seissel, 36 anos, marítimo, em 17MAI1919, de gangrena no pé esquerdo ⁽¹⁰⁾.

⁽¹⁾ "A União", de 09AGO1916.

⁽²⁾ Idem, de 29OUT1919. Aqui deixaram muitos trabalhos diferentes de sabido valor artístico.

⁽³⁾ Carta de Artur Liepold, de 23NOV1972, à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (entrada n.º 02822 – Livro 25).

⁽⁴⁾ Carta de Artur Liepold já citada.

⁽⁵⁾ Conservatória do Registo Civil, registo 686, fls. 306.

⁽⁶⁾ Idem, registo n.º 235.

⁽⁷⁾ Idem, idem n.º 671.

⁽⁸⁾ Idem, idem n.º 704.

⁽⁹⁾ Idem, idem n.º 215.

⁽¹⁰⁾ Idem, idem n.º 358.



- Lorenz Kasch, de 44 anos, marítimo, em 17MAI1919, de gangrena no pé esquerdo ⁽¹⁾.
- Carl Heinsi Adolph, de 13 meses, filho de oficial de marinha, a 03SET1919 ⁽²⁾.
- Hugo Bernhard Wilhelme Fritz, 44 anos, comerciante, em 07SET1919 ⁽³⁾.

O major Eduardo Gomes da Silva assumiu em 25 de Junho de 1918 o Comando do Depósito de Concentrados.

Subiu a setecentos vinte e quatro o número de concentrados ⁽⁴⁾, mas nem todos, recuperada a liberdade, optaram pelo regresso à Alemanha, não faltando os que se mantiveram em Portugal, deixando descendência ⁽⁵⁾.

Em 28 de Outubro de 1919, a bordo do paquete *Lothar Bohlen* ⁽⁶⁾, 536 deles regressaram ao país de origem e 24 seguiram para Lisboa ⁽⁷⁾. Na tarde desse dia, o cais do Porto de Pipas registou desusado movimento, efectuando-se o transporte da bagagem no camion que pouco antes para esta ilha viera.

Famílias terceirenses ali estiveram a despedir-se; e, ao içar da âncora, para iniciar viagem, ror de foguetes estralejaram, significando regozijo.

⁽¹⁾ Idem, idem n.º 491.

⁽²⁾ Idem, idem n.º 561.

⁽³⁾ Idem, idem n.º 582.

⁽⁴⁾ Relação oferecida ao Município angrense, por D. Celeste Aurora Barros Magalhães Walter, viúva de Hans Walter, um dos internados, vindos da Horta, onde exercia a profissão de telegrafista. Hans Walter foi Cônsul alemão em Angra.

⁽⁵⁾ Ainda o caso de August Paulus, especialista de culinária, também falecido nesta cidade, há cerca de 40 anos. – No rol já citado, constam seis crianças naturais dos Açores – três de Angra e as restantes da Horta, entre estas se contando um filho de Anton Ghuter, empregado da *Companhia Telegráfica* e familiares.

⁽⁶⁾ De 1565 toneladas brutas e 940 líquidas, contando 44 tripulantes, do porto de Hamburgo.

⁽⁷⁾ Nesta ilha ainda ficaram 22 elementos, que teriam embarcado para o Continente, em 1 de Novembro imediato, no vapor *S. Miguel*.

O *Lother Bohlen* chegara dois dias antes. E ao ver fundear na baía um vapor da sua nacionalidade, e no qual embarcaria, um dos alemães concentrados, tão jubilosa emoção experimentou que, junto do Monte Brasil, lançou-se de nado para bordo. Devido, porém, à vaga grossa que na baía corria, não logrou alcançar o barco, desaparecendo no mar. O seu cadáver encontrou-se depois no areal das *Águas*. Chamava-se Oetzel e era tripulante da marinha mercante o malogrado moço ⁽¹⁾.



Um grupo de súbditos alemães

⁽¹⁾ "A União", de 28OUT1919.

DIVERSOS

No tempo da Monarquia, as salvas na guarnição local, por motivos especiais, ouviam-se nos dias 22 de Junho e 11 de Agosto.

As salvas ocasionais, de honra e continência, de vinte e um tiros, ouviam-se quando os Reis e Príncipes entravam ou saíam de uma praça de guerra ou ponto fortificado ou passassem junto da esplanada; nas fortificações marítimas, quando se aproximava a embarcação que os conduzia; nas grandes paradas, sempre que se avistassem SS. MM. a duzentos passos da linha, e à retirada, a igual distância.

Ainda de vinte e um tiros, quando o Cardeal Patriarca entrasse, saísse ou passasse junto de alguma praça de guerra ou ponto fortificado; e os arcebispos e bispos só quando o fizessem pela primeira vez.

*

"O Castelo na Tradição Popular" – estudo do tenente-coronel Frederico Augusto da Silva Lopes, publicado no boletim n.º 9 – 1951 – pp. 242 – do *Instituto Histórico da Ilha Terceira*.

*

Na noite de 22/23 de Agosto de 1894, manifestou-se incên-

dio no casão dos alfaiates do Castelo. Arderam fazendas no valor de 600 mil réis e os livros de escrituração.

Na bateria de D. Pedro IV estavam montadas, nos fins do século XIX, catorze peças e um obus. No largo do Arsenal havia três peças.

O farol de Santo António era aceso às Trindades.

No cais de S. Diogo havia três barcos de pesca.

No Monte Brasil eram três os vigias encarregados de policiar o local. ("*A União*", de 27JUL1896).

MONTE BRASIL

A moldura do casario alvinitente da cidade e o mosaico de aguarelas vivas que a engrinaldam, numa harmonia de tonalidades, por vezes atingindo o irisado, oferece quadro fascinante a quem a observa do Pico das Cruzinhas. Vale a pena subir ao Monte Brasil para espraia a vista em redor e deleitar os sentidos na panorâmica soberba que se oferece.

Se em pleno dia o quadro aliciante se patenteia, nas horas mortas das noites limpas Angra proporciona, lá de riba, tela de encantamento, impregnada de laivos de fantasia e de lenda, a sugerir cenário de ficção e a poder enquadrar as histórias maravilhosas das *mil e uma noites*... O espaço imenso dir-se-ia de veludo escuro, cravejado no alto pelo cintilar das constelações celestes e, na urbe, cá em baixo, o aglomerado disperso de lumes eléctricos, irradiando claridade. Luzes de Deus e luzes dos homens a bordar, no silêncio impressionante da madrugada, o mesmo conjunto de insuperável grandeza. Ambiente de sonho e de meditação. O homem surge como elemento precário e uma interrogação íntima ergue-se em jeito de prece e de inefável recolhimento.

A cidade se depara adormecida, deserta, como sem vida. Mole urbana vestida de negrume. Silhuetas escuras, indefinidas, sem contornos nem linhas marcadas. Parada, sem movimento.



*Soldado do Batalhão da Ilha Terceira em 1797
(guarnição do Castelo de S. João Baptista): barrete, dolman
e calção azul; colete escarlate, botões amarelos, correias frontais
brancas e polainitos cinzentos esverdeados
(aguarela do artista Baptista Mendes no Museu de Angra).*

Sem autos, nem peões. Silêncio fechado, absoluto, apenas eventualmente quebrado por o cantar de galo ou o ladrar de cão. As lâmpadas, em larga esteira, de mercúrio ou não, sugerem lantejoulas em fundo de azeviche, placa de ardósia embutida de pontos luminosos, todo de raro encanto, não pela sua dimensão, mas pelo fascínio do ermo ambiente, da fabulosa interrogação que o envolve.

E os poentes que nesta Angra se vislumbram? Em certas vezes lembram artifício de paleta mágica. Desenhos em tintas de deslumbramento. O clarão de purpurina aurifulgente do crepúsculo que se adensa nas lonjuras, sobranceiro ao dorso da ilha de S. Jorge, reflecte-se no burgo quinhentista e banha-o por completo, impregnando-o de visão irreal, de tons de sortilégio.

*

A ermida e o nicho consagrados a Santo António, noutra lugar referimos.

Sobre o Posto Semafórico do Monte Brasil, sua importância histórica e influência na tradição, ler tenente-coronel Frederico Augusto Lopes da Silva in Boletim n.º 17, pp 230, do IHIT.

*

O Farol, instalado na Ponta, junto do antigo *Forte de Santo António*, data de 1893 – o segundo dos Açores em antiguidade (¹). Tem o alcance de 7,5 e 4,5 milhas nos estados, respectivamente, médio da atmosfera e brumoso. A sinalização compõe-se de quatro períodos: dois de luzes (um curto, outro largo) e dois de

(¹) O de Ponta do Arnel remonta a 1876. Em terceiro lugar situa-se o de Ponta Delgada, desde 1895 ("A *União*" de 22ABR1902).

obscuridade de igual duração, alternando-se entre si. A rotação gasta vinte segundos. Em cada minuto processa seis relâmpagos e outras tantas ocultações.

Durante a segunda guerra mundial, em diversos pontos do Monte Brasil instalaram-se *baterias de artilharia*, vindas do Continente, para o efeito.

*

Junto do forte de S. Diogo, na ponta do Zimbreiro, que defendia a baía do Fanal, observa-se uma cavidade aberta na raiz do monte, de cuja abóbada natural está continuamente gotejando uma espécie de chuveiro de água doce e cristalina, que recebida num tanque na parte inferior servia para uso dos soldados que ali faziam a guarda. As musas como que encantadas das belezas deste forte, inspiraram a Diogo Bernardes a sua forma singular nestes três versos suaves e melodiosos:

*N'uma secreta lapa, cristal puro **
Verás estar caindo em gotas frias
Por entre um musgo antigo, verde escuro.

Anota ainda o *Anunciador da Terceira*, do qual extraímos a informação, que para tudo serem admiráveis aquelas águas, tinham ainda a virtude de curar muitas moléstias cutâneas e de servirem para várias tinturarias.

HOSPITAL MILITAR DA BOA NOVA

Sobre este antigo estabelecimento de saúde, pouco ou nada adiantamos ao que nos deixou o dr. Manuel de Sousa Meneses (1). O dr. Lopo Moreno Dias, natural do Porto, aparece como seu primeiro médico, em 4 de Junho de 1644. E no *Livro Primeiro do Regulamento do Castello de Sam Phellippe que hoje se chama Sam Joam Bautista*, fls. 4V, anos de 1642 a 1720, lê-se:

«A forma em que se há-de socorrer a trigo e dinheiro a guarnição deste Castelo, e do que há-se pagar para o Hospital dele cada mês é a que segue:

9.º – Haverá no dito Castelo dois Capelães com a assistência nele para administração dos Sacramentos, e cuidados da igreja, e sacristia, e acudir ao Hospital, o Capelão-mor com praça de quatro mil réis, e o outro com três cada mês, com a obrigação de dizer Missa pela alma do oficial e soldado que morrer na obrigação do presidio do dito Castelo no dia do falecimento e seu enterro.

10.º – Haverá no dito Castelo um Médico e um Sirurgião que visitem o Hospital, e mais Enfermos do dito presidio sem por isso lhes dar cousa alguma, com praça cada um de vinte e quatro mil réis por ano.

(1) In "O Hospital Militar da Boa Nova", monografia, publicada em 1932; e "Médicos, Cirurgiões e outros da arte de curar na Ilha Terceira", estudo inserto no Boletim n.º 15 – 1957, do I.H.I.T.

11.º – Haverá no dito Castelo um Barbeiro que sangue com praça de dois mil réis cada mês com obrigação de barbear, e sangrar os soldados, assim no Hospital, como fora dele» (¹).

Estes os elementos mais remotos conhecidos.

D. António de Almada, 1.º capitão-general dos Açores, seguindo directivas do Marquês de Pombal, o reformou em 1766.

O dr. Alfredo da Silva Sampaio no seu tempo o assinala «com duas grandes enfermarias que comportam vinte doentes cada uma e, ao lado, cinco quartos particulares, sendo três para sargentos e dois para oficiais superiores, com acomodações para dois doentes cada um. Tem, além disso, casa de autópsias, casa de detenção, arrecadação, cozinha e gabinete do director, onde está um pequeno depósito de medicamentos para o serviço do hospital. A média anual de entradas de doentes neste hospital, nestes últimos cinco anos, é de 183» (²).

Aqui faleceram os quatro vátuas, aprisionados por Mousinho de Albuquerque (³) e que para a Ilha Terceira vieram em Junho de 1896, como exilados: *Gungunhana*, a 23 de Dezembro de 1906; *Godide*, seu filho, a 31 de Julho de 1911; *Molungo*, seu tio e conselheiro, a 5 de Outubro de 1912; *Zixaxa*, régulo e sobrinho do primeiro, a 13 de Novembro de 1927 (⁴).

O *Hospital da Boa Nova*, extinto na remodelação geral do Exército, em 31 de Dezembro de 1937, ainda funcionou como *Enfermaria Regimental* até cerca de 1956.

A sineta existente à entrada, lado de dentro, pertenceu ao navio *Lidador*, com o ano gravado de 1873.

(¹) No Arquivo Distrital.

(²) *Memória sobre a Ilha Terceira*, 204 – 1904.

(³) O avô paterno do herói de Chaimite, Luís da Silva Albuquerque, viveu em Angra, por ocasião das lutas liberais. Aqui lhe nasceu em 15MAR1832 a filha Luísa Henriqueta, que foi baptisada a 23 seguinte, na igreja do Colégio, pelo rev. Joaquim José da Silveira, apadrinhada pelo Conde de Vila Flor e sua mulher (Sé – Livro 22, fls. 145). – Supomos ser esta senhora a tia do glorioso militar a que o general Ferreira Martins alude no seu livro *"Mousinho"*, 20, 2.ª ed. – 1965.

(⁴) Mais detalhes sobre a sua estadia nesta cidade, ler *"Os Vátuas na Ilha Terceira"*, do autor, in revista *"Atlântida"*, vol. IV – 1960, ps. 307 (fascículo n.º 6 – Novembro/Dezembro).

ACADEMIA MILITAR

«Para complemento da organização militar estabelecida no Castelo de S. João Baptista de Angra, por decreto de 22 de Abril de 1797 e aviso de 16 de Agosto de 1799, foi aberta por ordem do Conde de S. Lourenço, governador geral dos Açores em 1805:

uma aula de matemática, para instrução preparatória dos oficiais do Castelo, segundo as disposições da Carta-régia de 18 de Agosto de 1799.

Dentro em pouco tempo, reconheceu-se a insuficiência desta única cadeira, como curso teórico dos oficiais de artilharia, pelo que a instâncias de D. Miguel António de Melo, governador-geral então dos Açores, foi autorizada por Carta-régia de 10 de Novembro de 1810 a abertura de uma "*Escola de guerra*" em Angra, semelhante às existentes no Reino e regendo-se segundo a prática da Universidade de Coimbra, Real Academia de Marinha, e da de Fortificações de artilharia, quanto à forma e matéria e denominava-se: *Academia militar*, que se inaugurou solenemente a 4 de Novembro de 1811, sob a presidência do então governador capitão-general dos Açores, Aires Pinto de Gouveia, no Pátio dos Estudos dos Padres

Jesuítas. Compreendia o curso quatro anos, com a regência das seguintes disciplinas:

Primeiro ano. Aritmética de Bezout; ideia fundamental da numeração, extracção de raiz, suas proporções aritméticas e geométricas; logarítimos, regra de três simples, composta, directa e inversa, regra de liga. – Geometria de Bezout e de Legendre – proporções geométricas, suas aplicações, sólidos. – Trigonometria – princípios, proposições e usos com a prática no campo. Trabalhos de geodesia e gráficos. – Álgebra de Bezout – até às equações de segundo grau inclusive.

Segundo ano. Álgebra transcendente, resoluções das equações superiores às do segundo grau; cálculo diferencial e integral. Mecânica, noções de balística.

Terceiro ano. Fortificação. Estudo das evoluções, manobras e disposições que um exército pode executar na ofensiva e na defensiva e mais conhecimentos que pertencem à tática militar.

Quarto ano. Continuação do estudo sobre balística; o tratado de Minas de Rosa; assistência aos exercícios de artilharia.

Em dias determinados pelo lente e comandante do batalhão, e quando o serviço militar o permitia, frequentavam os alunos ainda as aulas de desenho, geografia e francês.

Foram lentes desta Academia: *Caetano José Pinheiro* ⁽¹⁾, ao

(1) Trisavô do Poeta Fernando Pessoa. Oriundo da Galiza, nasceu em 08JAN1756 em Santo Tirso de Cando, diocese de Santiago de Compostela. Baptisado em 12 seguinte, naquela paroquial, com o nome de Caetano Dionísio, filho de Manuel de Lens e de Antonia del Maio, sua mulher, ambos de Tojeira (Lugar do POENTE, Liv. 1, 206). Imigrando para Portugal, nacionalizou-se com o nome de Caetano José Pinheiro e figurando como natural de Coimbra. Assentou praça em 14MAR1776, percorrendo os postos inferiores do Exército. Casou-se em 12OUT1780 com Maria Bernarda dos Reis, na Sé de Faro, enviuvando na mesma freguesia a 27JAN1785. A segunda mulher, Maria José de Oliveira, que desposou em 01MAI1786, na igreja de Santa Engrácia de Lisboa, faleceu em Angra (Sé) em 02DEZ1811. – Contraíu terceiras núpcias em 18FEV1813, com Maria Hilária Lacerda, na Sé, aqui falecendo em 08SET1819. – Vide "A União", de 04ABR1972 – "Figuras do Ramo materno de Fernando Pessoa – INÁCIO JOSÉ PINHEIRO, um dos bisavôs do Poeta", por Pedro de Merelin.

tempo capitão de artilharia e depois promovido a Sargento-mor graduado; havia sido lente da extinta cadeira de Matemática e regeu as cadeiras do primeiro ano da Academia desde a sua abertura em 1811 até 1818.

João de Lemos Caldeira. Bacharel formado em matemática pela Universidade de Coimbra, ao tempo, primeiro-tenente do batalhão de artilharia, havendo servido já no Regimento de artilharia de Lisboa.

Regeu as cadeiras do segundo ano da Academia até ao ano de 1820, em que foi transferido para o Colégio Militar da Luz.

Caetano Paulo Xavier (1), ao tempo major de artilharia, Comendador da Ordem Militar de S. Bento de Aviz, lente do regimento de artilharia n.º 1.

Regeu as cadeiras do terceiro e quarto ano até à extinção da Academia em 1828.

Roberto Luís de Mesquita Pimentel (2), ao tempo segundo tenente do corpo de engenheiros, bacharel formado em matemática pela Universidade de Coimbra.

Nomeado lente substituto da Academia, estando nesta situação até 1820, ano em que passou a efectivo para a regência das cadeiras do segundo ano, pela saída do lente João de Lemos Caldeira.

José António Teles Pamplona, ao tempo segundo tenente de engenheiros; nomeado professor efectivo das cadeiras do primeiro ano em 1818 para a vaga deixada por Caetano José Pinheiro.

Jacinto Carlos Morão, ao tempo major de artilharia, nomeado lente substituto da Academia em 1820; transferido depois para o Colégio Militar da Luz.

As dissidências políticas registadas na Terceira desde 1828,

(1) Também trisavô materno do famoso autor da "*Ode Triunfal*". Em "*A União*" de 19 e 24MAI e 06JUN1972 escarvoamos-lhe o *curriculum vitae*.

(2) Vidé referência na freguesia de Terra-Chã, in *As 18 Paróquias de Angra*.

entre os partidários de D. Miguel e D. Pedro, levaram ao encerramento da Academia. A regência, porém, em nome de D. Pedro, que desembarcara em Angra a 3 de Março de 1832, por seu despacho de 10 de Abril daquele ano, ordenou a abertura de uma escola militar, nos mesmos moldes da Academia, de efémera duração ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Urbano de Mendonça Dias in *"História da Instrução nos Açores"*, Vila Franca do Campo, S. Miguel, 1928.

CASAS DA MOEDA

«Havendo pouco dinheiro, e sendo necessário muito para o soldo dos Militares, e gastos das Fortificações», o conde de Torres Novas, Manuel da Silva Coutinho, em nome de D. António, «inventou casa da Moeda, e a colocou no lugar do Hospital da Boa Nova (1) com Ministros, e Officiais peritos, fabricando-se aí moedas d'ouro, prata e cobre, a que se aumentou o duplo valor. Para a factura deste dinheiro andou em pessoa pelas ruas com muitos nobres da terra, pedindo os materiais, e deste modo recolheu um grande numero de cadeias d'ouro, d'aneis, de joias, e de peças de prata, com muito ambar, que também lhe ofereceram. Nestas dadas muito se distinguiu a célebre fidalga D. Violante do Canto e Silva» (2).

Reproduz-se, ainda, a carta de Luís de Paiva, de 20 de Junho de 1582, remetida de S. Miguel para Lisboa: — «Na Ilha Terceira cunham moeda pela seguinte maneira; de um lado com a letra: *Antonius Rex Portugal*; e da outra: *in hoc signum vinces*. As moedas de 1.000 reis são do tamanho regular mas mais delgadas e tem de um lado o habito de Aviz e de outro as armas reais. A moeda de prata é do tamanho da portuguesa de ouro, e do mesmo modo mui bem feita com o habito de Christo d'um lado e

(1) O autor ter-se-ia equivocado ao indicar o Hospital da Boa Nova? Nessa data, com efeito, a carta de Linschoten no-lo diz, ali já existirem edifícios. Mas Sampaio a situa no Pátio do Hospital, quiçá o de Santo Espírito, junto à Misericórdia.

(2) Padre Jerónimo, in "Topografia da Ilha Terceira", 2.ª parte 1333/34, edição 1843.

do outro as armas reais; o seu valor é de um ducado. Os tostões são como os nossos, porem com as palavras acima ditas, e maiores do que os feitos em Portugal. – O real é do tamanho do nosso meio real, tem d'uma parte um A e da outra uma pomba que representa o espírito santo. Sabemos isto porque vimos estas moedas no galeão que tomou o batel em que iam os línguas» (1).

Numerosas destas moedas, inclusive cem de ouro, dentro de um saco podre, foram achadas em 1841, no lugar das Roças, por dois trabalhadores, quando arrancavam cepos de faia, que venderam a particulares da cidade. De presumir tratar-se de valores escondidos por ocasião da invasão espanhola (2).

(1) A.A., vol. IX – 212.

(2) *O Angrense*, n.º 230, de 04MAR1841.

O nosso obrigado...

...ao ilustre e nobre Amigo, Senhor Doutor António Neves Leal, leccionando Português, Francês e Latim, no Liceu de Angra, que nos obsequiou com o Rever do presente texto, consignando-lhe o nosso muito obrigado, até porque nossa longevidade nos inibe em encetar trabalho no género. Enriquecendo-o, ainda, com brilhante Prefácio seu. Reiteramos-lhe os nossos agradecimentos, que bem os merece.

OBRAS DO AUTOR

A Terceira ajoelhada aos pés da Virgem de Fátima, opúsculo. Crónica impressionista dedicada aos Terceirenses residentes na América do Norte, publicada no "*Diário de Notícias*", de New-Bedford, 31 páginas. Editada em Angra, pela *Tipografia Moderna*, com cinco mil exemplares, esgotada em escassos dias.

Subsídios para a História do Futebol da Ilha Terceira, opúsculo, 64 páginas, 1956, publicados na "*União Desportiva*", em folhetim.

Asilo de Mendicidade, sumário histórico, no 1.º Centenário da sua fundação, opúsculo, 17 páginas. Editado por aquele Estebelecimento, 1960.

Nota sobre os Conventos da Ilha Terceira, 3 volumes, de 259, 256 e 333 páginas. Publicado em folhetim em "*A União*", em 1960, 1963 e 1964.

Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho, 1966, 2.ª Edição, 1963, 113 páginas; 3.ª ed., 1984, 280 páginas, 38 fotos a preto e branco e 7 a cores. Expensas da Câmara.

Os Hebraicos na Ilha Terceira, Ed. da Revista *Atlântida*, 1968, 170 pg.; 2.ª edição, expensas próprias, 1995, 300 pg. e 24 ilustrações pretas e brancas, além de 3 a cores.

Filarmónica Recreio dos Artistas, 1967, 103 pg., ed. da Colectividade.

Memória sobre o Serviço de Incêndios, Ed. Associação de Bombeiros Voluntários, 1969, 78 pg.

Caixa da Santa Casa da Misericórdia de Angra, 84 pg., 1971, Ed. da própria Caixa da Santa Casa da Misericórdia.

Toiros e Toiradas na Ilha Terceira, 371 pg., 1970, publicado em folhetim em "*A União*", Ed. União Gráfica Angrense.

Rádio Clube de Angra, 192 pg., 1972, Ed. do mesmo Emissor.

As 18 Paróquias de Angra, 1974, 874 pg., Ed. da Câmara.

Fernando Pessoa e a Ilha Terceira, pré-publicação na *Atlântida*, n.º 8, 123 pg., Ed. *Ínsula*.

A Laranja na Ilha Terceira, Ed. do autor, 1976, pág. 91, publicado em folhetim em "*A União*".

Serviços Municipalizados de Angra, 1979, 201 pg., Ed. dos próprios Serviços.

Freguesias da Praia, 2 volumes, 1983, 797 pg., Ed. Direcção Regional de Orientação Pedagógica.

Tauromaquia Terceirense, 1986, 797 pg., 91 fotos preto e branco, além de 7 a cores, ed. Delegação do Turismo de Angra.

Merelim (S. Pedro), 1989, 545 pg., Ed. Junta de Freguesia.

Adenda à Monografia de Merelim (S. Pedro), 1995, 374 pg., Ed. Junta de Freguesia respectiva.

AÇORIANOS / Ministros de Estado, 1996, 88 pg., Ed. do autor.

JUSTIÇA DA NOITE, MEMÓRIAS PERDIDAS, edição 1997, esgotado em menos de uma semana.

As Sanjoaninas na Ilha de Jesus, 2000, 144 pg.

EXTRAS

Guia Turístico, 1948, Expensas da Agência Teles.

Memória histórica do Salão Municipal, 1970, Expensas da Câmara.

Cooperativas que houve na Ilha Terceira.

Monografia da Agência Teles

Regimento de Infantaria 8 – Monografia, 1990

ÍNDICE

Prefácio	5
Apresentação	9
Resenha das gravuras	12
Castelo de S. João Baptista	16
Afonso VI ali esteve desterrado	25
Neste Castelo serviram bisavôs e trisavôs de Pessoa	29
Entre 1860-1862 o "8" de Braga serviu neste Castelo	36
"Oito" de Infantaria em Angra	40
A Banda do "Oito" abrilhantou a inauguração do Teatro Angrense	44
Dois notáveis chefes de Banda	48
Três varões (figuras nacionais) que Angra esqueceu... ..	51
Lembrando... ..	57
Ermida de S. João Baptista	59
Ermida de N. ^a Sr. ^a da Boa Nova	68
Primitiva igreja de Santa Catarina de Sena ou ermida do Espírito Santo	74
Santo António da Grotta	78
Santo António dos Artilheiros	83
Procissão do Senhor Morto	86
Procissão da Proclamação	89
D. Dinis Gregório de Melo Castro e Mendonça	91
Memórias	94
Banda Militar	95
Movimentos Revolucionários	96
Reclusos políticos	97
Concentração de súbditos alemães	99
Diversos	103
Monte Brasil	105
Hospital Militar da Boa Nova	109
Academia Militar	111
Casas da Moeda	115
Agradecimento	117
Obras do Autor	119

Composição, impressão e acabamento

União Gráfica Angrense

Tiragem: 300 exemplares

Depósito Legal N.º 164349/01

Angra do Heroísmo

2 0 0 1